

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA**

ALESSANDRA DE OLIVEIRA SCHMIDT

O PAPEL DO PEDAGOGO NOS MUSEUS

**PONTA GROSSA
2022**

ALESSANDRA DE OLIVEIRA SCHMIDT

O PAPEL DO PEDAGOGO NOS MUSEUS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual de Ponta Grossa como requisito parcial para a obtenção de grau em Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Me. Keila Santos dos Anjos

**PONTA GROSSA
2022**

ALESSANDRA DE OLIVEIRA SCHMIDT

O PAPEL DO PEDAGOGO NOS MUSEUS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual de Ponta Grossa como requisito parcial para a obtenção de grau em Licenciatura em Pedagogia.

Ponta Grossa, 13 de dezembro de 2022.

Prof^a. Me. Keila Santos dos Anjos (Orientadora)
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Me. Sandra Cristina Demschinski (Membro)
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Me. Victória Motim Gaio (Membro)
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a. Carina Alves Darcoletto (Suplente)
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Às duas estrelas mais brilhantes do céu meu avó Eduardo e minha amiga maravilhosa Gabriela. Também a todas as vítimas da COVID-19, principalmente tio Sérgio, que se foram, mas vivem em nós! Todo esforço é dedicado em suas memórias.

AGRADECIMENTOS

À Deus, minha força e meu sustento, sem a força dEle nada seria possível;

Aos meus pais, Marcos e Luciana que sempre me apoiaram independente da decisão e nunca me deixaram desamparar, minha maior motivação é ser e poder dar o melhor para vocês a cada dia;

Ao meu amor, Wesley, que me incentivou do início ao fim, me ajudou e amparou em minhas dificuldades, obrigada por viver cada momento ao meu lado;

Às colegas de turma e especialmente a Camila Martins, minha amiga, companheira e comadre do início ao fim. Começamos juntas e terminaremos juntas;

À minha orientadora Professora Keila que foi direcionada a mim nos últimos meses e me incentivou de maneira absurda dizendo que eu conseguiria, sem ela esse sonho não se concluiria;

Às professoras da banca avaliadora: Victória Mottim Gaio, Sandra Cristina Demschinski e Carina Alves Darcoletto, suplente da banca, mulheres incríveis e profissionais excelentes as quais tive a honra de ser aluna;

À todos os colegas de estágio, principalmente do Centro Cultural de Castrolanda, se não fosse pela união dessa equipe essa pesquisa não existiria. Orgulho e admiração por todos;

Por fim, a todos que fizeram parte dessa trajetória, vivenciar a experiência de uma Universidade Pública, gratuita e de qualidade é único!

RESUMO

A presente pesquisa problematiza sobre o pedagogo no museu, tendo como objetivo principal compreender o papel do pedagogo dentro dos espaços museológicos e como objetivos específicos: a) Identificar a contribuição da formação inicial dos pedagogos para a educação em espaços não-escolares; b) Caracterizar o museu enquanto espaço educativo e pedagógico; c) Mapear as produções sobre o papel do pedagogo nos museus, identificando as possibilidades e/ou limitações. A pesquisa, de abordagem qualitativa, realiza a análise documental e levantamento de produções do tipo estado da arte. Aborda a contextualização histórica do Curso de Pedagogia no Brasil e em Ponta Grossa, fundamentando-se em Libâneo (2010), Antoniacomi (2014) e Sokolowski (2015), analisando os currículos da UEPG. Sobre o museu enquanto espaço pedagógico e educativo, utiliza-se como fundamentação Lucindo (2015) e Marandino (2008). Foram mapeados os trabalhos sobre a atuação do pedagogo nos museus, enfocando em suas possibilidades e limitações. Evidencia-se a escassez de discussões no curso de Pedagogia e a falta de legislações específicas. Constata-se que o museu é um espaço educativo e pedagógico, devido ao seu caráter cultural e social. Ao analisar as produções, estas abordam o papel do pedagogo, ressaltando a sua relação com a escola, na democratização e acessibilidade, no planejamento, desenvolvimento, avaliação e as adversidades da prática do pedagogo nos museus. Assim sendo, define-se o papel do Pedagogo nos Museus como o de um educador que se pauta nos meios museais e no patrimônio, contribuindo na organização, planejamento e avaliação no setor educativo, auxiliando na mediação e transposição dos conhecimentos.

Palavras-chave: Pedagogo no museu; Formação inicial; Pedagogo em espaços não-escolares.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – QUADRO DE COERÊNCIA DA PESQUISA.....	20
QUADRO 2 – SÍNTESE DA ANÁLISE DA DISCIPLINA DE ESPAÇOS NÃO FORMAIS NOS CURRÍCULOS DA UEPG (2000 – 2022).....	31
QUADRO 3 – ANÁLISE ESTADO DA ARTE – Dissertações, Trabalhos acadêmicos e Artigos.....	50

LISTA DE SIGLAS

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

CNE – Conselho Nacional de Educação

FEFCL-PG – Faculdade Estadual de Filosofia, Ciência e Letra de Ponta Grossa

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

PNEM – Programa Nacional de Educação Museal

SAE - Serviço de Assistência ao Ensino do Museu Nacional

PNM - Programa Nacional de Museus

REM – Rede de Educadores em Museus

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

MEC – Ministério de Educação e Cultura

CFE – Conselho Federal de Educação

ONGs – Organizações não-governamentais

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1: OS CAMINHOS DA PESQUISA	14
1.1 - METODOLOGIA DA PESQUISA	14
1.1.1 - Análise documental.....	15
1.1.2 - Estado da Arte	18
1.2 - QUADRO DE COERÊNCIA	19
CAPÍTULO 2: O CURSO DE PEDAGOGIA E A FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO PARA ATUAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO-ESCOLARES	22
2.1 – HISTÓRICO DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL.....	22
2.2 – CONTEXTO HISTÓRICO, CURRÍCULOS E A FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA.....	27
CAPÍTULO 3: AS INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS ENQUANTO ESPAÇOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS	36
3.1 – INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS: O QUE SÃO?	36
3.2 – EDUCAÇÃO MUSEAL	42
CAPÍTULO 4: ESTADO DA ARTE: O PAPEL DO PEDAGOGO NOS MUSEUS	49
4.1 – O PAPEL DOS PEDAGOGOS NO MUSEU: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ...	49
4.1.1 - O pedagogo museal e sua relação com a escola	51
4.1.2 - As práticas do pedagogo para a democratização e acessibilidade do museu	54
4.1.3 - O pedagogo e a função de planejar, desenvolver e avaliar	56
4.1.4- As adversidades da prática do pedagogo nos museus	57
4.2 – LIMITES E POSSIBILIDADES DO PAPEL DO PEDAGOGO NO MUSEU.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	65

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo o papel do pedagogo nos museus. O interesse pela temática em questão surgiu a partir de um estágio no Centro Cultura de Castrolanda. No processo de estágio, nossas competências eram de higienização e conservação de fotografia e documentos, porém, em vista do meu curso de graduação também fui designada a auxiliar a pedagoga da instituição nos processos de elaboração de ações educativas, pensando assim em atividades a serem propostas no espaço interno e/ou externo do museu, assim como em materiais e relação com o acervo que compunha o museu.

Em uma semana, nossa equipe (composta por pedagoga, museóloga, estagiários e assistentes do museu) organizou uma Ação Educativa sobre fotografia e ficamos responsáveis por explicar o funcionamento das câmeras, desde as analógicas (de filme) até as digitais. Além disso, foi criada uma câmara escura que imitava as câmeras de antigamente. Trata-se de um processo alternativo de se fazer fotografia chamado Pin-hole feita com uma câmara escura com um furo pequeno numa extremidade e um papel colocado na extremidade oposta para que possamos ver a imagem refletida.

A partir da observação dos resultados dessa ação e da conversa com os professores e com as crianças que participaram da ação educativa ficou perceptível o quanto elas podiam aprender dentro do Museu, não somente com as exposições fixas, mas com ações e projetos temporários, e como o trabalho educacional em espaços como esse pode ser muito explorado a favor daqueles que o visitam.

Em vista desses resultados e da reflexão a partir da experiência surgiu o questionamento e não apenas ele, mas também a vontade de apresentar esse espaço de atuação e as atribuições que o Pedagogo nas instituições museológica, de cultura e memória, visto que durante três anos do curso falamos sobre a educação e como ela pode ocorrer em todos os espaços de interação, porém, não houve discussões acerca dos espaços especificamente e papéis pedagógicos não-escolares.

Já no último ano do curso de Pedagogia, mesmo com a disciplina de espaços não-escolares há uma defasagem no aprofundamento e no real conhecimento das áreas profissionais que os formandos podem vir a atuar além da escola.

A temática da Educação Museal e o papel do pedagogo nesses espaços foi construída a partir das discussões realizadas nas diferentes disciplinas do Curso de Pedagogia, entendendo que a aprendizagem pode ocorrer de diversas formas e, portanto, em diferentes ambientes. Nesse sentido, Brandão (1995, p.4) afirma que:

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante.

Dessa forma, Brandão (1995) deixa claro que não há apenas um espaço para que o indivíduo aprenda e se desenvolva, nem uma única prática que seja, somente ela a efetiva, mas que existe um leque de opções. Por tal fato também se torna claro que, se a educação não ocorre apenas na escola, o profissional pedagogo pode atuar em diferentes áreas, em vista da necessidade e de sua especificidade.

Levando em consideração esses apontamentos, problematiza-se: Qual é o papel do profissional pedagogo dentro das instituições museológicas?

Tendo em vista esta problemática, a partir deste trabalho busca-se responder às seguintes questões: Como a formação inicial do pedagogo pode contribuir de forma efetiva para que seus acadêmicos conheçam diferentes áreas de atuação? O Museu é entendido enquanto espaço educativo e pedagógico, fazendo-se necessária a figura do pedagogo? O que as pesquisas existentes sobre a temática revelam sobre as possibilidades e/ ou limitações do trabalho do profissional pedagogo nas instituições museológicas?

Para isso, tem-se como objetivo geral: Compreender o papel do pedagogo nas instituições museológicas. E, como objetivos específicos: a) Identificar a contribuição da formação inicial dos pedagogos para a educação em espaços não-escolares; b) Caracterizar o museu enquanto espaço educativo e pedagógico; c) Mapear as produções sobre o papel do pedagogo nos museus, identificando as possibilidades e/ou limitações.

Tendo em vista os objetivos elencados e o problema de pesquisa, evidencia-se sobre a vasta área de atuação dos pedagogos, muitas vezes, reduzida às práticas desenvolvidas nas instituições escolares. Porém, sabe-se que há a

participação desses profissionais em diversas áreas, como por exemplo, nos museus, atuando diretamente nas ações educativas.

Faz-se necessário elencar que neste trabalho utiliza-se os termos instituições museológicas e museus enquanto sinônimos, sendo estes entendidos como um espaço dedicado a conservar e expor bens com valores artísticos, culturais, históricos, entre outros, objetivando a realização de pesquisas, visitas, educação, bem como a preservação, sendo um ambiente voltado à sociedade em geral.

Nas ações educativas realizadas nessas instituições, e, principalmente naquelas em que o pedagogo que atua no museu, proporciona ao aluno/visitante aprendizagem, há um impasse relacionado à sua formação inicial.

Sabemos que o curso de Pedagogia está para formar educadores, e que foi somente a partir da Resolução CNE nº 01/2006 (BRASIL, 2006) que o currículo do curso passou a habilitar seus formandos a atuar em áreas de apoio pedagógico que vão além da escola.

Desse modo, a partir do Artigo 4º da referida Resolução compreende-se que o pedagogo pode atuar também nos espaços não-escolares, de forma que sua formação inicial se efetive e proporcione possibilidades à essa atuação, seja ela em situações de planejamento, execução e pesquisa educacional.

Mesmo com esta Resolução em vigor, ainda há um grande entrave relacionado à disciplina voltada à educação não escolar dentro do curso. Lucindo (2015) faz uma reflexão em sua pesquisa, discorrendo sobre os currículos que possuem apenas uma disciplina voltada a dialogar sobre esses espaços, além da falta de possibilidade de estágio nos espaços que vão além da escola, concluindo assim, que o curso de pedagogia no Brasil forma profissionais para atuar somente na instituição escola.

Dessa forma, entende-se que os futuros profissionais, que cursam a graduação em Pedagogia, irão somente experimentar a sala de aula, sem conhecer o vasto campo em que o pedagogo pode atuar, sendo um deles a instituição museológica, objeto de nossa pesquisa. Isso evidencia que a Pedagogia Social, que trabalha com dimensões além do conteúdo teórico, ou seja, com condições políticas, sociais, históricas, culturais e saberes que os alunos já adquiriram ao longo da vida, muitas vezes, fica esquecida, tendo em vista as poucas discussões sobre esta área.

Por isso é importante frisar que o curso não forma somente professores (de sala de aula) e gestores que atuam dentro desse restrito campo, mas educadores de todos os espaços, sem retirar o mérito da docência desses profissionais.

Para alcançar o objetivo de discorrer sobre o assunto do pedagogo nos museus e trilhar os caminhos a partir de embasamentos teóricos, são utilizados autores como Libâneo (2001; 2010), Lucindo (2015), Ortega e Santiago (2009), Antoniacomi (2014), Souza (2016), Santos (2017) e Souza e Villasboas (2018).

A proposta metodológica possui uma abordagem qualitativa com desenvolvimento de análises de documentos (LUDKE; ANDRÉ, 1986), a partir das leituras realizadas integralmente, analisando e refletindo acerca das pautas voltadas à formação inicial e ao trabalho do pedagogo. Os principais documentos que fundamentam essas análises são a Resolução CNE nº 01/2006, que institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em licenciatura em Pedagogia, os Currículos do Curso de Pedagogia da UEPG, referentes ao período dos anos 2000 a 2022 e a Política Nacional da Educação Museal.

A metodologia desta pesquisa, envolve também a pesquisa do tipo Estado da Arte (ROMANOWSKI; ENS, 2006), que se volta a unir uma gama de acervos por meio da pesquisa de palavras-chave em ferramentas de pesquisa para que, ao longo da análise, possam compor ou não o quadro teórico do trabalho. Além disso, esse levantamento reflete elementos que proporcionam uma reflexão acerca do papel do pedagogo nos museus, evidenciando se esta temática já vem sendo discutida ou se ainda carece de mais pesquisas. Estes dados revelam quais os principais autores que contribuem para as discussões bem como apontam elementos para repensar as práticas já desenvolvidas, identificar as limitações existentes ou, ainda, pensar em novas possibilidades para que esse campo de atuação seja ampliado, principalmente na formação inicial.

O processo de pesquisa se iniciou por meio da escolha da metodologia, que está organizada e descrita no primeiro capítulo, intitulado como “**Os caminhos da pesquisa**”. Neste capítulo, explicita-se a importância de entender a necessidade da metodologia e de organizá-la para a realização de uma pesquisa. Em seguida é possível compreender sobre a abordagem qualitativa e como ela está interligada às pesquisas da área da educação. Na organização da coleta de dados, estão a análise documental e a análise do tipo Estado da Arte, ambas buscam uma assertividade

em relação aos dados e a temática a qual se trabalha, sendo a segunda um meio que se aprofunda cada vez mais naquilo que se trabalha, demonstrando quais são as pesquisas já desenvolvidas acerca da temática e quais são as lacunas para a produção de novas pesquisas. Por fim, foi elaborado um quadro de coerência para, de modo geral, averiguar todas as questões que norteiam essa pesquisa, verificando se os componentes desta apresentam uma coerência.

Em seguida, no segundo capítulo **“O curso de Pedagogia e a formação inicial do pedagogo para atuação em espaços não-escolares”**, o trabalho discorre acerca da história da Pedagogia no Brasil, para entender principalmente as legislações que respaldam sobre a formação inicial do pedagogo para as atuações fora do ambiente escolar. Após conhecer os documentos que embasam o curso de Pedagogia a nível nacional e como este foi se constituindo historicamente, buscou-se analisar também o curso no âmbito municipal. Nesse momento, a história da UEPG se interliga, fazendo com que assim possamos analisar a história do curso nesta instituição, investigando seus currículos, a partir dos anos 2000 até os dias atuais, voltando essa análise à formação de pedagogos com possibilidade de conhecimento de espaços não-escolares, bem como a importância de disciplinas que discorram sobre o determinado tema.

Após essa análise e reflexão, no terceiro capítulo denominado **“As instituições museológicas enquanto espaços educativos e pedagógicos”**, parte-se para o conhecimento do campo museal e, principalmente, no sentido de discutir seu viés educativo e as dimensões ou organizações educativas que ele pode compor dentro desse espaço, além de contextualizar historicamente as questões educativas dentro dele por meio da Política Nacional da Educação Museal.

Por fim, no último capítulo **“Estado da arte: o papel do pedagogo nos museus”** realizou-se a pesquisa do tipo Estado da Arte a fim de levantar produções que discorram sobre o papel do pedagogo nos museus. Esta foi feita por meio de pesquisas de palavras-chave em ferramentas de busca como o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, BDTD e o Google acadêmico. A partir disso, aponta-se o levantamento de possibilidades e dificuldades em torno do trabalho do pedagogo dentro dos museus por meio da explanação dos textos encontrados, buscando responder à questão principal desta pesquisa.

CAPÍTULO 1

OS CAMINHOS DA PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo apresentar a trajetória da pesquisa, evidenciando como esta foi se constituindo, e entendendo-a como a investigação minuciosa acerca da temática do papel do pedagogo nos museus.

Assim sendo, ao longo deste capítulo descreve-se a metodologia da pesquisa, a abordagem utilizada, bem como os passos utilizados para a coleta de dados e análise, realizadas por meio da Revisão de literatura, na perspectiva do Estado da Arte.

Por fim, apresenta-se o Quadro de Estrutura e Coerência da pesquisa, com a finalidade de auxiliar na visualização dos pontos principais que norteiam a escrita deste trabalho.

1.1 - METODOLOGIA DA PESQUISA

Como mencionado, o objetivo principal deste trabalho é compreender o papel do Pedagogo dentro dos Museus, destacando assim a formação inicial desse profissional, visto que é uma dimensão de suma importância, nesse caso, para a compreensão de que não será restrito unicamente ao trabalho dentro de sala de aula, mas que tem a possibilidade de alcançar outros espaços que demandam da intervenção pedagógica e se para tal, essa formação inicial será suficiente para uma boa atuação profissional.

Também se enfatiza o conhecimento dos espaços de memória e cultura, como os museus, assim como a educação museal, ferramenta que auxilia no conhecimento e exploração desses espaços incluindo a todos, de forma que venha a ser uma educação horizontal. Além disso, busca-se compreender o papel do pedagogo nos museus, as limitações e as possibilidades desta atuação a partir das análises já evidenciadas nas pesquisas existentes acerca da temática.

Tendo em vista os objetivos a serem alcançados, seguimos para o traçar do caminho da pesquisa, corroborando com Gamboa (2007 *apud* GAIO, 2022), o qual afirma que:

[...] ao realizar uma pesquisa, primeiramente constitui-se um problema a ser investigado, deste problema tem-se o objeto da pesquisa. O objeto da pesquisa é anterior ao método, após a constituição do objeto é que se pensam os caminhos a serem tomados para atingir os objetivos da pesquisa.

Pensar esses caminhos é então pensar o método, este, ainda segundo Gaio (2022, p. 29) aborda as concepções de mundo do pesquisador. O método escolhido não trará elementos somente da pesquisa, mas da própria visão de mundo do autor e dessa forma direciona a pesquisa segundo a referida concepção.

Pensando no campo da educação, majoritariamente as pesquisas são de abordagem qualitativa pois essa preocupa-se com dados atrelados a questões sociais e subjetivas que não podem ser mensurados quantitativamente. Para tal abordagem Aquino (2011, p. 75) afirma que “acentua um contato mais direto e prolongado do pesquisador com a realidade pesquisada, em que os dados a serem coletados são ricos em descrições, privilegiando as interlocuções entre os atores sociais e suas produções discursivas”.

Pensando nessas questões, foi assim escolhida a abordagem qualitativa para o desenvolvimento da pesquisa, visto que se preocupa em analisar a efetividade e qualidade da formação, além de investigar dados socioculturais da relação que existe na educação museal, vislumbrando também questões de compreensão da individualidade de cada sujeito, sua inclusão e inteira compreensão, tendo em vista uma educação de sucesso, que transforma e liberta cada sujeito.

Tendo em vista esta abordagem e buscando atender aos objetivos elencados nesta pesquisa, utilizou-se a análise documental, a fim de subsidiar as discussões sobre o curso de Pedagogia e os museus enquanto espaços pedagógicos e educativos e a pesquisa do tipo Estado da Arte, a fim de mapear as produções existentes sobre o papel do pedagogo no museu, bem como apontar quais são as limitações e as possibilidades dessa atuação.

1.1.1 – Análise documental

A análise documental, segundo Caulley (1981 *apud* LUDKE; ANDRÉ, 1986) busca identificar informações a partir de interesses, nesse caso as ênfases da pesquisa. Essa forma de análise complementa, de certa maneira, informações já

obtidas dentro do caminho da pesquisa, como também auxilia no encontro de mais conceitos a serem pontuados e explorados, de forma que cada vez mais possa se aprofundar na temática.

Guba e Lincoln (1981 *apud* LUDKE; ANDRE, 1986, p. 39) listam vantagens de utilizar da análise documental em pesquisas, dentre elas o fato de que os documentos são aportes ricos e confiáveis, se tornando atemporais e dando estabilidade à pesquisa, além disso, apontam que esta análise é benéfica pois expressa o que buscava dizer ou pensar seu autor, dando clareza até mesmo do contexto social ao qual ela poderia estar escrevendo.

Os autores a entendem como vantajosa por não necessitar de um investimento financeiro alto, visto que são acervos fáceis de encontrar e manusear, ainda mais na atualidade onde em sua maioria são analisados por meio da internet, bem como por conseguir se relacionar a outros métodos de busca de dados.

A escolha dos documentos, ainda segundo Ludke e André (1986) “não é aleatória. Há geralmente alguns propósitos, ideias e hipóteses guiando a sua seleção”, e partindo de suas afirmações podem ser vários tipos de suportes, contanto que sejam uma fonte de informação. Dessa forma, estes incluem desde leis e regulamentos, arquivos em áudio ou vídeo, livros, arquivos escolares, entre tantas outras opções que podem compor o acervo de documentos a serem utilizados.

Após a compreensão e a escolha dos documentos parte-se para a sua análise, Patton (1980) citado por Ludke e André (1986, p. 42) afirma que:

A análise de dados qualitativos é um processo criativo que exige grande rigor intelectual e muita dedicação. Não existe uma forma melhor ou mais correta. O que se exige é sistematização e coerência do esquema escolhido com o que pretende o estudo.

Desse modo, para uma análise bem fundamentada é necessário compreensão e sistematização dos conceitos, além de leituras constantes para que o conjunto do texto tenha coerência e caminhe para a resolução da problemática levantada.

Assim sendo, a escolha dos aportes utilizados na presente pesquisa parte do propósito deste trabalho de analisar documentos que abordassem as temáticas de formação inicial, educação museal e o papel do pedagogo dentro dos museus.

Entendendo que os documentos são uma fonte de pesquisa, que contribuem significativamente para a compreensão de aspectos históricos referentes à estas

temáticas, buscou-se utilizar documentos referentes à constituição do pedagogo, resgatando elementos históricos, bem como os currículos que embasam a formação inicial nos cursos de Pedagogia, a fim de identificar quais são as contribuições da formação para a atuação desses profissionais em espaços não-escolares.

De tal modo, para a coleta dos dados foram utilizados documentos provenientes do âmbito nacional como as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Pedagogia (Resolução nº 01/2006 do CNE) encontrada no site do MEC¹ e demais leis nacionais que fundamentam a formação do pedagogo com a finalidade de análise para compreender a partir dela a construção dos currículos.

A partir destes documentos, foi realizada a análise dos currículos do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, apresentados do ano 2000 a 2022, com o intuito de refletir acerca, principalmente, da carga horária do estudo dos espaços não-escolares. A análise foi feita a partir do download dos vinte e dois (22) currículos, lidos integralmente e buscando identificar disciplinas que dispusessem de uma carga horária que estuda os espaços não-escolares, sendo que as informações foram organizadas em um quadro, o qual foi condensado como quadro 2, evidenciado no segundo capítulo.

As características analisadas foram: Há disciplinas que tratam especificamente de espaços não-escolares? Onde eles se alocam na composição curricular? Qual sua carga horária? Dessa forma, é possível entender um pouco mais sobre a formação nesses espaços.

Estes documentos encontram-se disponíveis no Site da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde há uma aba específica apenas para os catálogos dos cursos² ofertados pela instituição.

Ademais, foi realizada a análise da 3ª edição da Legislação sobre Museus que une a Lei 11.904/2009 que institui o Estatuto de Museus e a Lei 11.906/2009 que cria o Instituto Brasileiro de Museus, esta encontra-se disponível, em PDF no meio tecnológico, e, o Caderno da Política Nacional de Educação Museal, que contextualiza historicamente a criação desse termo e como ela ocorre na prática, o

¹ http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf

² <https://www2.uepg.br/prograd/catalogo-de-cursos/>

qual está disponibilizado no site do IBRAM dentro da aba própria destinada ao caderno³.

1.1.2 - Estado da Arte

Atendendo ao objetivo de mapear as produções sobre o papel do pedagogo nos museus, identificando as possibilidades e/ou limitações, a fim de compreender a atuação deste profissional nos espaços museológicos, buscou-se analisar pesquisas que tratassem da temática.

Assim sendo, foi utilizada a pesquisa do tipo estado da arte, a qual busca analisar, mais enfaticamente em teses, dissertações e artigos, o tema da pesquisa ou do texto a ser escrito, seus referenciais teóricos e as contribuições da pesquisa para a mudança da prática, no caso da educação, a prática pedagógica. Diante disso categoriza-se como estado da arte, segundo Romanowski e Ens (2006, p. 39) pesquisas que “abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções.”. Nesse sentido, para produzir um estado da arte sobre uma determinada temática é necessário estudar não somente ela, mas todo o seu contexto e as demais temáticas atreladas a ela.

No desenvolvimento dessa pesquisa, foi preciso então definir os bancos de pesquisa, nos quais estão alocados os materiais a serem analisados, bem como os critérios de escolha para a inclusão ou não desse material na análise. Depois de escolhidos e selecionados, fez-se necessária uma leitura prévia dos materiais a fim de afunilar ainda mais a temática e catalogar as informações relevantes à pesquisa e, por fim, utilizar desse material ao ponto de ler e organizar todas as informações contidas e utilizadas na elaboração de um trabalho.

A necessidade e a vantagem de estudos que compunham o estado da arte em sua metodologia são ressaltadas na afirmação de Romanowski e Ens (2006, p. 45) ao assinalarem que:

Os dados coletados em estudos do tipo estado da arte indicam a atenção que os pesquisadores dão à temática, além de apontar para que aspectos da área da educação voltava-se a preocupação dos pesquisadores. Apontam os temas, subtemas e conteúdos priorizados em pesquisas e

³ <https://pnem.museus.gov.br/>.

mostram a necessidade de algumas pesquisas, ou seja, mostram que alguns temas são quase que totalmente silenciados. Os estudos de estado da arte evocam aspectos pontuais como um curso ou uma área de formação com sua proposta específica. Mostram, ainda, os temas que têm preocupado os pesquisadores.

Em vista do que a autora coloca, percebe-se por meio dessa análise, que existem temáticas referentes à educação pouco discutidas e que são ainda muito emergentes no cotidiano, além de demonstrar aquelas que de certa forma são extremamente discutidas e ainda assim preocupam estudiosos da área, fornecendo elementos e indagações para próximas pesquisas.

Compreendendo como se dá então essa análise, para a elaboração da presente pesquisa foram utilizadas teses, dissertações e artigos científicos, encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e na ferramenta de busca “Google acadêmico”.

Diante disso, a escolha dos referidos levantamentos das produções existentes, se deu de forma a analisar inicialmente o resumo e as palavras-chave trazidas na escrita, os quais foram sistematizados em quadros.

Dessa maneira, utilizou-se como palavras-chaves para a busca no Catálogo da CAPES: “Ação educativa em museus”; “Educação Museal”; “Pedagogo no museu”, na BDTD: “Pedagogo no museu”; “Papel do pedagogo nos museus”; “Pedagogia Museal”, e, por fim na ferramenta Google Acadêmico: “Pedagogo em Museus” e “Ação educativa em museus”.

Após esse levantamento inicial, foi verificado se o material, analisado primeiramente por meio dos seus resumos, apresentava coerência junto a temática da pesquisa, sendo este selecionado a fim de compor o quadro de textos que fundamenta esta pesquisa.

Os resultados deste levantamento compõem o quarto capítulo deste trabalho, demonstrando e mapeando quais são as pesquisas que discutem a atuação dos pedagogos nos museus.

1.2 - QUADRO DE COERÊNCIA

Para auxiliar na trajetória da escrita utilizamos um quadro de coerência, este foi de suma importância para delimitar e corrigir alguns aspectos que ainda estavam desvinculados da escrita. Partimos da compreensão da pergunta fundante e seu

surgimento, ou seja, a problemática da pesquisa a qual deve ser respondida ao final desse trabalho, em seguida apresentam-se pequenas questões que auxiliam no desenvolvimento do caminho até a resolução da temática principal, por fim elencamos autores que sustentam nossa base bibliográfica e apresentamos brevemente a metodologia utilizada.

Este quadro passou a ser uma ferramenta necessária para ordenar o caminho da pesquisa. Assim como já citado Gamboa (2007) esclarece que após organizar os objetivos se organiza os métodos utilizados para chegar a eles, dessa forma o quadro auxilia nessa organização, unindo todas as questões que constroem a metodologia da pesquisa em um campo mais visual, permitindo uma clareza maior quanto às questões que norteiam a escrita. Nesse sentido Gaio (2022, p. 36) coloca: “Para a elaboração da resposta, é necessário escolher um referencial teórico, instrumentos, metodologias e formas de análise dos dados, por isso a elaboração do quadro de coerência auxilia para compreender e analisar a pesquisa”.

Algumas questões apresentadas passaram por modificações ao longo da escrita, de tal forma colocadas no quadro foi possível perceber que a alteração era necessária a fim de melhorar o desenvolvimento da pesquisa para o fim principal que se dá na resposta da questão fundante. Esses apontamentos se encontram descritos no quadro abaixo:

QUADRO 1 - QUADRO DE COERÊNCIA DA PESQUISA

(continua)

QUADRO DE COERÊNCIA DA PESQUISA – OBJETO DE ESTUDO: O PEDAGOGO NOS MUSEUS TÍTULO: O PAPEL DO PEDAGOGO NOS MUSEUS	
PROBLEMÁTICA – SURGIMENTO	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA
<p>- Experiência vivenciada durante dois anos de atuação como estagiária no Centro Cultural Castrolanda em Castro – PR, precisamente dentro do setor educativo da Instituição representado por uma pedagoga.</p>	<p>LIBÂNEO (2001; 2010); ORTEGA E SANTIAGO (2009) – Formação inicial; SOKOLOSWKI (2013); SILVA (1999); ANTONIACOMI (2014) – Contextualização Histórica; LUCINDO (2015; 2018); SOUZA (2016); SANTOS (2017); SOUZA; VILLASBOAS (2018) – Atuação do pedagogo em Museus; MARANDINO (2008) - Educação Museal</p>

QUADRO 1 - QUADRO DE COERÊNCIA DA PESQUISA

(continuação)

QUESTÕES FUNDANTES	PRINCIPAIS CONCEITOS A SEREM DEFINIDOS
Qual é o papel do profissional pedagogo dentro das instituições museológicas?	<ul style="list-style-type: none"> - Formação inicial para o trabalho em espaços não-escolares; - Educação Museal; Pedagogia Museal; - Trabalho pedagógico em Museus;
OBJETIVOS	METODOLOGIA
<p>Objetivo geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender o papel do pedagogo nas instituições museológicas e centros de cultura e memória. <p>Objetivos decorrentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar a contribuição da formação inicial dos pedagogos para a educação em espaços não-escolares; - Caracterizar o museu enquanto espaço educativo e pedagógico; - Mapear as produções sobre o papel do pedagogo nos museus, identificando as possibilidades e/ou limitações. 	<ul style="list-style-type: none"> - Abordagem qualitativa; - Análise bibliográfica; - Análise documental: Currículos do curso de pedagogia UEPG; CNE nº/2006; Legislação sobre Museus e Caderno da Política Nacional de Educação Museal; - Estado da Arte: Produções do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, BDTD e Google Acadêmico; - Sistematização dos resultados da revisão de literatura; - Leitura de resumos, critérios de inclusão e exclusão; - Análise das produções norteadas pelas seguintes questões: <i>O que as pesquisas revelam sobre o papel do pedagogo nos museus? Como se dá a atuação desses profissionais segundo as produções? As produções evidenciam as possibilidades e as limitações?</i> - Organização das categorias para análise.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A partir da explicitação dos caminhos da pesquisa, indicando a forma de organização, apresenta-se a seguir, o próximo capítulo a fim de alcançar nosso primeiro objetivo que é de analisar as contribuições da formação inicial dos pedagogos para a educação em espaços não-escolares, por meio dos currículos. Para que tal análise seja feita, parte-se de uma breve contextualização histórica do curso de Pedagogia no Brasil, atrelando essa a construção e ao aprofundamento nos currículos do modelo presencial do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

CAPÍTULO 2

O CURSO DE PEDAGOGIA E A FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO PARA ATUAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO-ESCOLARES.

Este capítulo discorre sobre o histórico do Curso de Pedagogia no Brasil, evidenciando como a própria constituição histórica, revela aspectos relevantes para a compreensão de como a atuação dos pedagogos nos espaços não-escolares acontece.

Nesse sentido, o presente capítulo visa discutir e identificar a contribuição da formação inicial dos pedagogos para a educação em espaços não-escolares, principalmente, de como esta é evidenciada ou não na legislação vigente e nos currículos do curso, delimitando como campo de estudo os currículos do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, dos anos de 2000 a 2022.

2.1 – HISTÓRICO DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL

O curso de Pedagogia se iniciou formalmente no Brasil na década de 30, momento em que o país passava por mudanças políticas e econômicas, período este marcado por manifestações e a chamada “Revolução de 30”. Nesse contexto, vendo a necessidade de melhorias na escolarização grupos de trabalhadores se uniram para reivindicar mais escolas, junto a isso lançaram em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que reivindicava, “[...] uma educação obrigatória, pública, gratuita e leiga como dever do Estado” (ARANHA, 2006, p. 304), ou seja, mais escolas e que estas atendessem ao maior número de alunos possíveis e além de apenas receber esses alunos proporcionassem uma formação efetiva. Dentro desse Manifesto era clarificado que, para que todas essas necessidades fossem atendidas era preciso que houvesse uma formação adequada aos professores e técnicos da educação.

A partir dessas reivindicações, na década de 30, o governo começou a responder significativamente e abrir escolas e Universidades. Durante esse período, e em meio a reformas no campo educacional, entra em vigor o Decreto-Lei nº 1.190 de 4 de abril de 1939 que institui a Faculdade Nacional de Filosofia, esta formava

seus acadêmicos a prática do magistério do curso que havia escolhido, podendo ser, dentre um deles a Pedagogia.

Sokolowski (2013) traz em sua escrita que este Decreto evidencia a organização do Curso de Pedagogia, enfatizando a duração de três anos e a estrutura das disciplinas por séries, bem como expressa a organização do curso de didática. Constata-se a partir deste documento que essa ainda não era a formação de um licenciado, mas de um bacharel, portanto, o aluno estudava três anos para formar-se em Bacharel em Pedagogia (ou técnico em educação como era chamado) e poderia, se fosse de sua escolha, fazer mais um ano de faculdade de Didática e assim receberia o diploma de Licenciado.

No contexto político, após o Estado Novo e a ditadura de Vargas (1937-1945), a partir de 1945, o país retorna ao Estado de direito, com governos eleitos pelo povo, estabelecendo uma nova Constituição em 1946, a qual refletiu sobre o processo de redemocratização do país e, com isso, iniciam-se as discussões acerca da LDB (Lei de Diretrizes e Bases), a Lei nº 4.024 que só foi publicada em 1961. A partir disso, o curso passou por uma reanálise, mas não teve alterações significativas, Sokolowski (2013, p. 86) aponta que “A homologação da Lei nº 4.024/61 não modificou a estrutura do curso de pedagogia, mantendo o esquema 3+1 por mais de duas décadas.”

Dessa forma, desde sua efetiva criação, os campos de trabalho ainda não haviam sido claramente identificados, os formados bacharéis ou técnicos em educação/pedagogia não tinham entendimento expressivo das suas áreas de trabalho.

Nos anos 68/69, período este marcado pela ditadura, a Reforma Universitária, Lei nº 5.540/68, “[...] extinguiu a cátedra [...], unificou o vestibular e aglutinou as faculdades em universidades para a melhor concentração de recursos materiais e humanos, tendo em vista maior eficácia e produtividade.” (ARANHA, 2006, p. 317).

Assim sendo, o cenário se altera e as atribuições, distribuições e o próprio diploma do curso evidenciam essas mudanças:

Como decorrência da reforma universitária, o Conselho Federal de Educação aprovou o Parecer CFE nº 252/69 fixando mínimos de conteúdo e duração dos cursos de pedagogia. O Parecer do CFE aboliu a distinção entre bacharelado e licenciatura, determinando que além da formação dos

especialistas em administração escolar, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão pedagógica, o curso de pedagogia habilitaria para a docência nas disciplinas pedagógicas dos cursos de formação de professores. Ou seja, em qualquer uma das habilitações, os especialistas também seriam licenciados. (SOKOLOWSKI, 2013, p. 87).

A partir desse parecer, o formando em Pedagogia não mais atuará como “técnico”, ou seja, visando apenas a administração, inspeção e supervisão, mas sim na docência, inclusive para cursos de magistério. Dessa forma, este parecer deu maior ênfase na formação às questões ligadas à didática e a relação com a sala de aula em si, mas ainda visava apenas o ambiente escolar.

Sokolowski (2013) aponta que essa forma de organização do curso se estendeu até os anos 2000, contudo, nesse período, de praticamente três décadas, grupos de estudiosos se reuniram e formaram associações que promoviam encontros objetivando as discussões sobre quem era o pedagogo e quais suas atribuições. Os levantamentos continuaram na década de 90, estes, porém, evidenciaram o avanço do neoliberalismo e sua influência na educação, o que ocasionou uma nova reforma que transformava a escola em um “preparatório” ao mercado de trabalho, apresentando justificativa de que haveria melhora na qualidade e ainda formaria um cidadão mais produtivo e hábil, de forma que essas atribuições o ajudariam em todas as áreas.

Neste contexto de reformulações, também se evidenciava a respeito da formação dos professores, a qual era tratada diretamente na LDB nº 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, definindo que a formação de professores de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, poderia acontecer de duas formas, cursando a graduação de Pedagogia ou o curso normal superior que, segundo Sokolowski (2013, p. 88) “Daria a mesma habilitação que o curso de pedagogia e licenciatura, só que de forma mais aligeirada, mais barata, em cursos de curta duração”. Essas duas formações prevalecem até o ano 2009, quando entra em vigor a Lei nº 12.014/2009, que especifica que as instituições superiores de educação (que diplomaram os formandos em normal superior) não estão mais aptas a formar profissionais atuantes da educação básica, essa fica restrita, a graduação em Pedagogia.

Com o aumento de debates e pesquisas em relação à atuação do pedagogo o Conselho Nacional de Educação (CNE) elabora uma Diretriz que fundamenta o currículo do curso de Pedagogia e entra em vigor a partir da Resolução CNE nº 1, de

15 de maio de 2006. Esse documento abre um leque de possibilidades ao Pedagogo que pode, oficialmente, atuar nas áreas já previstas anteriormente, mas também como gestor de processos educativos dentro e fora da escola, além de ser reconhecido como agente de difusão do conhecimento dos processos que permeiam a educação, ao assinalar que:

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares. (BRASIL, 2006, p.2, grifos nossos).

Nesse sentido, o Art. 4º evidencia que o curso de Pedagogia pode formar profissionais para atuação em diversas áreas que necessitem de conhecimentos pedagógicos, enfatizando o planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares, conforme destacado acima.

Esse documento também apresenta um tópico que trata a respeito do aprofundamento e diversificação de estudos, onde a instituição pode priorizar-se de alguns, devendo ofertar a todos:

II - um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos voltado às áreas de atuação profissional priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições e que, atendendo a diferentes demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:

a) investigações sobre processos educativos e gestoriais, em diferentes situações institucionais: escolares, comunitárias, assistenciais, empresariais e outras;

b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;

c) estudo, análise e avaliação de teorias da educação, a fim de elaborar propostas educacionais consistentes e inovadoras; (BRASIL, 2006, p.4, grifos nossos).

Desse modo, faz-se necessário que as instituições oportunizem ao acadêmico as situações acima citadas e destacadas, como já dito, não

necessariamente aprofundando todas elas, mas garantindo a experiência e a fundamentação teórica, de modo que o aluno conheça e tenha entendimento de todas, para que tal compreensão venha a enriquecer sua realidade e seu currículo, visto que a formação é para tal finalidade.

A Resolução indica um tópico de estudos integradores, no qual um deles visa a participação em “b) atividades práticas, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;” (BRASIL, 2006, p.4), logo, o curso deve assegurar-se de que haverá práticas em diversas áreas onde o processo educacional ocorre.

Por fim, realizando uma análise mais detalhada desse documento identifica-se que este também retrata sobre a organização dos estágios curriculares:

IV - estágio curricular a ser realizado, ao longo do curso, de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências:

- a) na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente;
- b) nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal;
- c) na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar;
- d) na Educação de Jovens e Adultos;
- e) na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos;
- f) em reuniões de formação pedagógica. (BRASIL, 2006, p.5)

No que especifica esse tópico, os estágios a serem garantidos ao graduando estão nos ambientes escolares e não-escolares, sendo eles uma experiência aos vastos campos de atuação profissional de sua futura profissão. O disposto no item, “e” revela e confirma a participação dos profissionais pedagogos em ambientes além do contexto escolar, evidenciando sua participação em situações de planejamento, coordenação e acompanhamento de atividades e projetos educativos, porém, não menciona em que locais estas práticas podem acontecer.

Essa Diretriz indica um direcionamento para a construção dos currículos preestabelecidos pelas Universidades do país, evidenciando que a formação inicial necessita contemplar alguns aspectos em comum, ou seja, formar o profissional que tenha capacidade de atuar em todas as áreas previstas por ele.

Destaca-se que o curso de Pedagogia foi se constituindo historicamente e, conseqüentemente, permeado pelos contextos históricos e políticos, que influenciaram, a partir das reformas, nas legislações e nos currículos em âmbito nacional. Tendo em vista estas considerações, busca-se no próximo item, a compreensão sobre o curso de Pedagogia e a constituição dos currículos na UEPG.

2.2 – CONTEXTO HISTÓRICO, CURRÍCULOS E A FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Para conseguirmos compreender e afinar um pouco mais essa pesquisa, visamos o município de Ponta Grossa e o seu crescimento em relação às instituições de ensino superior. A crescente demanda para a implantação do ensino superior veio da crescente urbana na década de 30 e do vasto desenvolvimento econômico na região na década de 40, logo, a burguesia ponta-grossense pedia por cursos de nível superior na cidade, mais especificamente em 1947 quando a temática se tornou uma discussão nos meios públicos de comunicação, como o principal deles o *Jornal Diário dos Campos*, justamente com a justificativa de que uma cidade com tal estrutura deve atender a demanda de ensino tal qual sua crescente em desenvolvimento urbano, como apontam Campos e Souza (2016, p.280) em sua análise a escrita de Mario Lima no jornal.

No ano seguinte em 1948, o jornal destacou a “criação da Comissão Pró-Escola de Filosofia de Ponta Grossa” que visava coordenar e auxiliar na criação de uma “Escola de Filosofia, Ciências e Letras” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1º out. 1948).

Para atender ao pedido da população e pelas discussões defendidas pelo grupo de intelectuais que coordenavam a criação da Escola, o governador do Paraná, na época Moysés Lupion criou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras por meio do Decreto nº 8.837 em 1949, e seu funcionamento efetivo é autorizado em 1950 por meio do Decreto Federal nº 28.169. (CAMPOS E SOUZA, 2016).

Mesmo com todo esse processo, o curso de Pedagogia só teve início em 1962 e com a ideia de ser um curso provisório e com atuação, como já vimos, em técnico em educação, sem especificações de seu campo de atuação.

Em 1968, a Reforma Universitária fez com que a Faculdade Estadual de Filosofia de Ponta Grossa passasse por algumas mudanças, sendo assim alguns cursos passaram a ser faculdades também, o que conta para a Pedagogia, que passa a ser Faculdade de Pedagogia.

Em conjunto a isso, Antoniacomi (2014) relata que o parecer de 69 também afetou Ponta Grossa, desse modo tem a obrigatoriedade de estipular um currículo mínimo. No mesmo ano a Universidade Estadual de Ponta Grossa foi criada a partir da Lei nº 6.034, de 6 de novembro de 1969, e Decreto nº 18.111, de 28 de janeiro de 1970, essa surgiu da incorporação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia, Faculdade Estadual de Direito e a Faculdade de Ciências Econômicas e Administração, a partir daí o curso de Pedagogia da UEPG passou a oferecer o grau de licenciado ao seu graduando visto que a partir desse momento a disciplina de didática fica integrada ao currículo do curso como previsto no Parecer CFE nº 252/69.

A autora Antoniacomi (2014) relata que desde 1969 até o final dos anos de 1988 o currículo sofreu alterações, porém, em 1989 foram estabelecidas as normas para a organização dos cursos de graduação na UEPG que logo viessem a atender os ingressantes de 1990. Antoniacomi (2014, p. 74) coloca:

Então, no projeto do curso, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o pedagogo formado na Universidade Estadual de Ponta Grossa, passou a sair habilitado para atuar em quatro áreas, de acordo com a Resolução CA nº 162, de 19 de dezembro de 1989. Tais habilitações eram: Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau, Magistério das Séries Iniciais de 74 1º Grau, Magistério das Classes de Alfabetização, Magistério para Pré-Escola. No entanto, todos os acadêmicos saíam habilitados para o Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau e, em relação as demais habilitações, ele deveria optar por apenas uma delas ao final do segundo ano do curso.

Nesse momento, visto que as habilitações referentes a gestão estavam em defasagem, o curso torna-se uma formação voltada especificamente à docência, fato que preocupou os alunos na época, visto que isso impactaria em suas relações com seus campos de atuação. No ano seguinte a preocupação com as habilitações de administração escolar, fazem com que estas sejam contempladas no catálogo da UEPG, por influência dos alunos.

Em 1996, com a LDB nº 9.394/96 o curso passou por uma reformulação e novas nomenclaturas passaram a ser utilizadas bem como “a valorização do

trabalho pedagógico, contemplando uma sólida fundamentação teórico-prática, assim como a inserção dos acadêmicos na realidade escolar.” (ANTONIACOMI, 2014, p. 76), ou seja, além de utilizar a partir desse momento o termo Educação Básica alguns princípios que visam valorizar o pedagogo e proporcionar ao acadêmico um tempo na realidade escolar também foram implementados.

Além disso, foram utilizadas avaliações acerca do curso dos anos de 1993 a 1995 para pensar a reformulação, porém, observa-se uma regressão em relação às habilitações que voltaram a ser especificamente para as docências. Assim, sucessivamente, por meio de muitas discussões, em 1999 volta-se a pensar na administração escolar dentro do curso, indicando a seguinte:

O licenciado poderia completar seus estudos, ainda, com uma das seguintes habilitações: Educação Especial nas Áreas: Auditiva, Física, Mental e Visual; Educação de Jovens e Adultos e Educação Infantil, com 680 horas aula cada uma, cursadas em, no mínimo, um ano letivo, ou seja, o quinto ano. (ANTONIACOMI, 2014, p. 78).

Com o descontentamento dos alunos, mais uma reformulação é feita em 2000 e outra em 2001 quando então o curso passa a chamar-se “Licenciatura em Pedagogia Magistério para a Educação Básica e habilitação em Administração, Supervisão e Orientação Educacional”. Essas mudanças são feitas de forma superficial, visto que as discussões sobre uma nova Diretriz entrariam em vigor, o que ocorreu em 2006. Logo, esse currículo “temporário” fica em vigência até o ano de divulgação do documento.

De tal modo, após compreender a história do Curso de Pedagogia no Brasil e em Ponta Grossa, além de ter uma base histórica dentro da Universidade, analisaremos a seguir os currículos do curso de Pedagogia da UEPG, do modelo presencial, de forma a dar ênfase na disciplina que proporciona dialogar sobre a atuação do profissional pedagogo em espaços fora do âmbito escolar e se, a partir dessa disciplina, é possível, de forma concreta, atuar nesses espaços, sejam eles quais forem.

Os currículos disponibilizados pela UEPG em seu site, procedem do ano de 2000, por isso, partimos deste recorte temporal para análise. Consta-se que até o ano de 2006, esses documentos não apresentam indícios de disciplinas que pensem no trabalho pedagógico fora da escola, tal qual as próprias políticas que permeavam o desenvolvimento do currículo nesses anos.

Nesse período também houve uma estagnada do currículo proposto ao curso, sendo diferente apenas o primeiro, do ano 2000, porém nos demais anos (2001 a 2006) segue o mesmo e atende apenas especificidades do trabalho como docente (UEPG, 2006).

A partir do ano de 2006, com as Diretrizes Curriculares Nacionais em vigor, as organizações e disciplinas dos cursos de Pedagogia foram reformuladas, dessa forma no ano de 2007, novas aulas passam a compor as disciplinas que integram o currículo, as quais possibilitam pensar o trabalho pedagógico e o próprio aluno com diferentes perspectivas. Não analisaremos cada mínima diferença dos currículos pois ao longo dos anos algumas mudanças ocorreram, mas não influenciaram diretamente o foco dessa análise, portanto, trataremos apenas daquelas voltadas aos espaços não-escolares.

Dando continuidade à análise, a partir da reformulação de 2006/2007 o curso de Pedagogia passa a contar com a disciplina de Educação em Espaços não formais, a qual proporciona ao aluno a possibilidade de conhecer aspectos como:

Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação não formal. O campo de atuação e as demandas da educação não formal no Brasil. O papel e o perfil do Educador Social. Análise da educação em contextos diversificados: ONGs, Hospitais, Instituições de atendimento de medidas socioeducativas, Empresas, Abrigos, Projetos Sociais. (UEPG, 2006)

Conforme exposto no documento a partir da organização disciplinar, esta consta como uma disciplina de diversificação ou aprofundamento, tais cursos dessa grade são escolhidos pelos próprios alunos, ou seja, ao ingressar no curso ou semestre, ele pode escolher algumas disciplinas que queira cursar, essa organização se deu até o ano de 2012 onde o curso foi reformulado pela própria Universidade. De tal forma, assim como na reformulação anterior, mesmo que vinda de outra instância, houve alterações parecidas, algumas disciplinas foram acrescentadas, outras foram retiradas do currículo e algumas, como a de Educação em Espaços não Formais foram realocadas na organização das disciplinas, sendo que, a partir de 2013 ela passa a ser uma disciplina de formação Básica geral.

Essa disciplina conta com a carga horária de 68 horas anuais tanto como disciplina de diversificação quanto como disciplina de formação básica e nas duas organizações é disponibilizada apenas no quarto ano da graduação.

Com os dados dessa breve análise alocamos os mesmos de forma que ficassem visualmente compreendidos, dando ênfase nos anos e nas poucas mudanças curriculares que impactam essa disciplina e sua carga horária. Dessa forma, percebe-se mais claramente que até 2006, ano em que a reformulação entra em vigor, o currículo não contempla a disciplina de Espaços não formais e que depois dela, a disciplina começa a aparecer nos currículos. Esses dados se configuram de forma visual no seguinte quadro:

QUADRO 2 – SÍNTESE DA ANÁLISE DA DISCIPLINA DE ESPAÇOS NÃO FORMAIS NOS CURRÍCULOS DA UEPG (2000 – 2022)

Disciplina voltada a espaços não-escolares	Ano(s)	Organização curricular	Carga horária
Não contempla	2000 a 2006	Não se aplica a estes anos	0h
Contempla	2007 a 2012	Disciplina de diversificação ou aprofundamento	68h
Contempla	2013 a 2022	Disciplina de formação básica geral	68h

Fonte: UEPG. Currículos do Curso de Pedagogia. Modalidade presencial de 2000 a 2022. Disponível em: <https://www2.uepg.br/prograd/catalogo-de-cursos/>.

Nota: Organizado pela autora (2022).

É pertinente ressaltar que há no currículo disciplinas que podem ser de uso social, nas relações fora da escola, como a LIBRAS, por exemplo, ou as reflexões feitas pelas disciplinas de Educação Inclusiva, Sociologia, Filosofia e História da Educação, também a de Trabalho e Educação que trazem concepções mais sociológicas. Estas não trabalham de forma direcionada sobre os espaços não-escolares, mas podem ser pensadas e realocadas no uso do trabalho do pedagogo que exerce sua função de mediação e formação fora da escola.

Mediante esta breve análise é relevante explorarmos a importância de ter ofertada uma disciplina que discorra sobre a atuação do pedagogo em espaços não-escolares, mesmo que de forma breve, por mais que saibamos que apenas conhecer a teoria não é suficiente, no momento apto a aprendizagem não se consegue correlacionar a práxis da ocupação pedagógica em espaços além dos muros da escola.

Nesse caso utiliza-se pressupostos principalmente da Pedagogia Social que abrange todas as dimensões que perpassam por algum processo educativo, interligando as vivências internas e externas da escola. Seguindo esse viés, também é importante lembrar que a educação tem a finalidade de emancipar o homem e

torná-lo um cidadão crítico e consciente de seus direitos e de seus deveres. Ortega e Santiago (2009, p. 29) ressaltam que “Essa ação de humanizar é desenvolvida na coletividade, por meio de ações educativas formadoras e incentivadoras dos processos emancipatórios”.

A Pedagogia Social tem por pressuposto superar uma educação elitizada, além disso, um dos principais nomes que referencia a Educação Social é Paulo Freire, trazendo métodos de diálogo e processos de troca de saberes, de forma que a educação seja da sociedade e para a sociedade, sem que ninguém detenha mais saber do que o outro e ainda, que não sejam discutidos apenas os conteúdos da escola, mas que a realidade e o cotidiano sejam considerados e atrelados a educação.

Observa-se que as práticas do educador têm se aproximado mais de espaços não-escolares, como igrejas, ONG's, Institutos, Hospitais, centros de apoio a crianças e adolescentes, entre outros, o que não anula o fato de que pode atuar no meio escolar, visto que muitos docentes trabalham a fim de transformar a realidade de seus alunos, visando não apenas o conhecimento intelectual, mas a leitura de mundo e a melhoria nas condições de vida daquele indivíduo.

Sabemos que hoje a educação acontece em praticamente todos os espaços da sociedade, onde há relações interpessoais ali há difusão de conhecimento e da cultura, conscientes dessa afirmação pode-se então concluir que o espaço de trabalho do pedagogo também é muito vasto e segue crescendo.

Se os campos de trabalho desse profissional cresceram absurdamente nos últimos anos e não estão mais restritos às escolas, corrobora-se com Ortega e Santiago (2009, p.31), as quais trazem uma observação importante:

É comum encontrarmos pedagogos atuando como líderes comunitários, assessores de planejamentos didáticos de capacitação dos funcionários das empresas, orientadores/ elaboradores dos programas oferecidos nos museus, teatros, como consultor de indústria de brinquedos, no planejamento de atividades relacionadas a lazer promovidas por grupos de recreação e até mesmo como desenhistas instrucionais na preparação dos materiais oferecidos no ensino à distância. Há ainda a atuação do pedagogo em outras áreas como a da saúde e a do direito.

Libâneo (2010, p. 97) fala sobre essa educação, que não se restringe à escola, de forma que acontece em todos os espaços em que o indivíduo participa e em conjunto a todas as pessoas que com ele convive:

Mas convém insistir, ainda, que o educativo não se reduz ao escolar. A educação é um fenômeno social inerente à constituição do homem e da sociedade, integrante, portanto, da vida social, econômica, política e cultural. Trata-se, pois, de um processo global entranhado na prática social, compreendendo processos formativos que ocorrem numa variedade de instituições e atividades (sociais, políticas, econômicas, religiosas, culturais, legais, familiares, escolares), nas quais os indivíduos estão envolvidos de modo necessário e inevitável, pelo simples fato de existirem socialmente.

O autor aborda algumas concepções de educação, a qual há aqui a importância de frisar a Interacionista, a qual, de certa forma está mais atrelada ao contexto educacional citado na referida pesquisa, visto que, segundo seus pensadores, inclusive muito referentes a psicologia, afirmam que “A aprendizagem é um processo interativo em que os sujeitos constroem seus conhecimentos através da sua interação com o meio, numa inter-relação constante entre fatores internos e externos.” (LIBÂNEO, 2010, p. 77).

Logo, se pensarmos uma formação inicial que abranja apenas o espaço escolar, quais serão os profissionais que irão atuar nos demais campos que necessitam de mediação e organização do processo educativo? Mesmo as Instituições de formação superior que ofertam uma disciplina que fale de forma breve desses espaços (como foi o caso observado na análise anterior) ainda assim não prepara o profissional de forma efetiva para a demanda de trabalho de fora da escola, além de não apresentar os conhecimentos específicos de cada área de atuação e a prática diária, tal qual é o foco do curso de Pedagogia hoje, quando pensamos na docência de anos iniciais e de educação infantil e na gestão escolar.

Por tal fato corrobora-se com a fala de Fireman (2006, p.102) que afirma que a docência não deve ser a base única para o curso de pedagogia e ainda Libâneo, Pimenta e Franco (2007, p. 84) que dão sequência a esse pensamento ao afirmarem:

[...] que se destina à formação de profissionais de educação não docentes, voltado para os estudos teóricos da Pedagogia, para a investigação científica e para o exercício profissional no sistema de ensino, nas escolas e em outras instituições educacionais, incluindo as não-escolares.

Na sequência da escrita, os autores ainda salientam que o enfoque do curso de graduação em Pedagogia necessita ser na educação e nas práxis sociais, não apenas na docência, pois como muito já comentado ela não é mais o campo único de atuação desse profissional.

Uma descrição muito segura sobre o espaço de atuação que não aponta objetivamente, mas que clarifica o geral desse campo é a afirmação de Libâneo (2010, p. 33) onde ele explica que “o pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente”, além de se ocupar especificamente com a prática intencional de educação.

Há ainda autores que discutem sobre as dificuldades neste campo de atuação, que acarretam a vida profissional do Pedagogo, conforme Quinteros (2012, p.109) uma dessas dificuldades é a “falta de caracterização do espaço de trabalho do pedagogo na área social.”, ou seja, se em sua formação inicial esses espaços não são apresentados, quando for trabalhar esse profissional irá se sentir perdido ou desqualificado pois incessantemente foi ensinado a atuar na escola e nesse momento que está fora dela desconhece a própria área de atuação.

Portanto, assim como prevê a Resolução nº 1 de 15 de maio de 2006, o graduando de pedagogia tem o direito legal de conhecer e até mesmo explorar, em via da carga horária teórica e prática os espaços de atuação de sua futura profissão que não vislumbra apenas o trabalho docente ou de gestor dentro da escola.

Por meio dessa análise não se caracteriza a desvalorização do trabalho docente, ao contrário disso, entende-se que esta já é uma profissão extremamente desvalorizada no Brasil atualmente, mas busca-se valorizar ainda mais as profissões que provém do curso de Pedagogia, sejam elas a docente, gestora ou a de atuação pedagógica fora da escola. Nessa pesquisa dá-se uma ênfase especial à terceira, de forma que esses espaços sejam reconhecidos como campos profissionais pedagógicos, pelos agentes que pensam e organizam os currículos, objetivando que os acadêmicos venham a conhecer essa possibilidade profissional desde o início do curso, além de tornar esta uma profissão reconhecida e compreendida pela sociedade, para que saiba que está bem amparada em diversos espaços por pedagogos capacitados, que tiveram uma formação adequada e o fez não somente melhor profissional mas mais humano, a fim de mediar tudo o que está a seu alcance, de forma que torne aqueles que alcança mais críticos, tal qual a Pedagogia Social retrata, que o Educador Social possa transformar a realidade daquele que a vive.

Por fim, após esta discussão, entende-se que a formação inicial impacta diretamente no trabalho do profissional pedagogo, de tal modo ela está muito mais

voltada a formar um docente ou um gestor que atue especificamente nas escolas, portanto, entende-se que legislativamente deve-se seguir um currículo e se adequar a carga horária proposta, visto que a procura do curso também é majoritariamente docente ou gestora, questão a ser considerada na reflexão e organização curricular.

Porém, compreende-se a partir dessa análise que os espaços de atuação pedagógica não-escolares deveriam ser melhor explorados dentro da graduação em vista do mero conhecimento, mas, também de oportunidade às futuras pedagogas e futuros pedagogos que virão.

Considerando assim, o trabalho com pesquisas mais aprofundadas referentes aos espaços de possível atuação, carga horária prática bem distribuída, visto que cumpre na lei o uso de horas para o estudo desses espaços de forma prática e reflexões junto às discentes, pelo menos pelos espaços de maior abrangência do trabalho pedagógico.

Este capítulo tratou especificamente de analisar historicamente a constituição do curso de Pedagogia e os currículos, evidenciando que este está diretamente voltado à uma formação que tem como base a docência. Porém, observa-se por meio da análise da legislação, que o curso deveria apresentar outras possibilidades de atuação.

Dessa forma, identifica-se que a formação inicial no Curso de Pedagogia, conforme especificado nos currículos atualmente, contribui somente nos aspectos trabalhados na disciplina de Educação em Espaços não-formais, o que muitas vezes não corrobora com este conhecimento específico.

Destarte, esta pesquisa busca compreender o papel de atuação dos pedagogos nos museus, ou seja, em espaços não-escolares. Nesse sentido, pensando principalmente no pedagogo museal que é o foco desta pesquisa, visamos estudar este espaço de atuação também, deste modo, no próximo capítulo discorre-se acerca do museu, sua caracterização e sua função educativa, tal qual a organização que o museu pode tomar para organizar de melhor modo sua finalidade educacional.

CAPÍTULO 3

AS INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS ENQUANTO ESPAÇOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS

Neste capítulo propõe-se caracterizar o museu enquanto espaço educativo e pedagógico, compreendendo assim as instituições museológicas como um espaço de atuação pedagógica direta, principalmente dos pedagogos. Para isso, faz-se necessário, primeiramente compreender a definição destes espaços, verificando quais as contribuições destes na educação.

3.1 – INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS: O QUE SÃO?

Objetivando compreender a função que as instituições museológicas possuem, observa-se a necessidade de definir neste trabalho o que são estes espaços, evidenciando o seguinte conceito, conforme disposto no Estatuto dos Museus sancionado em 2009:

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, **educação**, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009, grifo nosso)

Logo, os museus, vistos por uma boa parte da sociedade como um local apenas de exposição de peças “antigas” é na verdade um espaço com múltiplas outras finalidades que se unem promovendo ao visitante novos conhecimentos e uma experiência educacional diferenciada daquela conceituada como formal, de sala de aula, promovendo, assim como o Estatuto coloca, o desenvolvimento da sociedade, indicando que este espaço possui também como finalidade a educação, conforme demonstrado no Art. 1º do referido Estatuto.

A partir da compreensão de seu conceito, faz-se necessário pensar em como estes espaços se constituíram historicamente, dessa maneira, o Caderno da Política Nacional da Educação Museal (PNEM), nos auxilia a resgatar um breve histórico. Segundo este caderno:

A história dos museus tem origem no hábito humano do colecionismo, que nasceu junto com a própria humanidade. Desde a Antiguidade remota, o homem, por infinitas razões, coleciona objetos e lhes atribui valor, seja afetivo, seja cultural, científico ou simplesmente material, o que justifica a necessidade de sua preservação ao longo do tempo. (IBRAM, 2018, p. 13)

Percebe-se a partir dessa afirmação que os museus iniciaram sua constituição a partir de hábitos individuais das pessoas, as quais colecionavam, atribuíam valor e, por isso, acabavam por preservar os objetos. Além disso, a PNEM acrescenta que:

Milhares de anos atrás já se faziam registros sobre instituições semelhantes ao museu de hoje. Contudo, somente no século XVIII consolidou-se o museu mais ou menos como atualmente o conhecemos. Depois de outras mudanças e aperfeiçoamentos, hoje os museus abarcam um vasto espectro de campos de interesse, com diversas tipologias, e dirigem-se para uma crescente profissionalização e qualificação de suas atividades. Os museus passam a caracterizar-se pela multiplicidade de tarefas e capacidades que lhes atribuem os profissionais de museus e pensadores. Os museus deixam de ser espaços passivos de acúmulos de objetos para assumirem um papel importante na interpretação da cultura, da memória e na educação dos indivíduos, no fortalecimento da cidadania, no respeito à diversidade cultural e no incremento da qualidade de vida na contemporaneidade. (IBRAM, 2018, p. 13).

Conforme descrito acima, o museu, em suas diferentes tipologias, como conhecemos atualmente, consolidou-se somente a partir de várias mudanças, ocorridas a partir do século XVIII, e, com isso, estes espaços assumem a responsabilidade de trabalhar com a cultura e a educação.

De acordo com Bennett (1995) citado por Montechiare e Heitor (2020, p. 6) o museu é estabelecido “[...] ao menos desde o século XIX, como espaço dotado de finalidades pedagógicas, uma vez que a abertura das coleções privadas à população configurou o ímpeto da formação enciclopédica e civilizatória dos museus.”. Nesse sentido, verifica-se que a partir do momento em que os museus apresentaram as coleções, antes privadas, à população, evidenciou-se este espaço como educativo e pedagógico.

Montechiare e Heitor (2020) ainda discutem que esta instituição perpassa pela constituição dos diferentes campos disciplinares, revelando seu caráter interdisciplinar. Salientam que mesmo que haja essa relação entre museu e educação, muitas vezes esta acaba sendo resumida à relação entre museu e escola. Há uma relação intrínseca entre estes dois campos, podendo esta ser uma influência de sua constituição, tendo em vista que os primeiros museus eram de

responsabilidade do Ministério de Saúde e Educação, que definia as políticas públicas voltadas à educação e cultura.

Para deixar ainda mais clara a presença real da educação nestes espaços, salienta-se que o Estatuto dos Museus, aponta especificamente sobre as ações educativas que devem ser propostas por estas instituições, conforme descrito no Art. 29, do Estatuto dos Museus:

Art. 29. Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação. (BRASIL, 2009)

Portanto, deixa claro o Artigo 29, que os museus têm o dever de propor ações educativas que vislumbrem trabalhar o respeito e a cooperação, além da diversidade cultural que está cotidianamente presente nesse espaço. Essas ações, propostas e desenvolvidas como atividades devem ser acessíveis e de compreensão de todos, a fim de garantir a educação, a construção e compartilhamento de conhecimentos.

Para compreender ainda mais sobre as questões educacionais dentro dessas instituições podemos refletir sobre as propostas discutidas nos anos 70, por meio da Nova Museologia. Esta apresenta discussões, se opondo ao modelo elitista e tradicional de Museus, vigentes até o momento.

Hughes de Varine (1985), um dos principais pensadores sobre essa temática na época enumera alguns princípios que orientam a Nova Museologia e nesse caso podem ser direções a serem seguidas pelos Museus, afirmando que:

[...] 3. a arte não é a única expressão cultural do homem; 4. o profissional do museu é um servidor da comunidade; 5. o visitante não é um consumidor dócil, mas um criador que pode e deve participar da construção do futuro [...] (VARINE, 1985 apud GONÇALVES, 2005, p. 261).

Pensando principalmente no tópico de número cinco elencado na citação podemos afirmar que o visitante não deve ser um indivíduo passivo, ou um visitante dócil, como mencionado anteriormente, dentro do espaço museológico, mas um ser ativo que, compreendendo toda a dinâmica a sua volta auxilie na construção do futuro, consciente de que é um agente transformador.

Logo percebemos que antes do início do pensamento da Nova Museologia não havia participação do público ou preocupação alguma sobre questões sociais

que influenciam no desenvolvimento e pensamento crítico e democrático da sociedade.

Com o advento desse pensamento, outros tipos de Museus começaram a surgir (ecomuseus, Museus comunitários etc.) fazendo com que a preocupação agora se volte à maior participação da sociedade e a construção e desenvolvimento coletivo do conhecimento.

Outro autor que embasa as questões educacionais no campo museal na época em que a Nova Museologia foi escrita é Paulo Freire que contribui com suas teorias sobre a educação como prática de liberdade e conscientização, formando aquele que está nesse espaço a fim de ser um cidadão crítico.

No livro *Educação como prática da liberdade* (1967), o autor destaca que o indivíduo, no texto contextualizado como o analfabeto, "Descobrir-se-ia, criticamente, como fazedor desse mundo da cultura. Descobriria que tanto ele, como o letrado, tem um ímpeto de criação e recriação.", ou seja, na educação, seja ela aonde for, somos todos ativos e só se descobre isso a partir de um processo de pesquisa e de diálogo.

O museu ou os espaços de memória e cultura se tornam então lugar de atuação de todos, principalmente na relação de comunicação do acervo com o visitante, instigando a reflexão sobre quais sentimentos aquela peça causa em quem a vê, o que ela carrega e como isso é contado àqueles que o visitam. Nesse sentido, essa comunicação aparente entre ambos é defendida por Soares e Gruzman (2019, p. 121) como peça-chave para o bom andamento das atividades dos museus:

Enquanto missão fulcral, eles se estabeleceram a partir de três pilares distintos e interdependentes: a preservação, a pesquisa e a comunicação. O primeiro atua fundamentalmente com a aquisição, conservação e gestão das coleções. O segundo pilar tem sido tradicionalmente associado à investigação ou produção de conhecimentos sobre as coleções e objetos. A comunicação, por seu tempo, compreende a possibilidade de disponibilização do acervo ao público, estabelecendo uma relação entre o visitante e os bens culturais musealizados. Neste terceiro pilar a educação e as exposições encontram-se inseridos.

Partindo dessa compreensão, de que a Educação nesses espaços se dá por meio da comunicação entre acervo e visitante, entendemos a necessidade de uma mediação clara, que contemple crianças, jovens, adultos ou idosos. É importante enfatizar todas as idades, pois, não somente as crianças precisam dessa mediação, mas as demais faixas etárias para que todos estejam inclusos e compreendam

aquilo que o Museu tenta apresentar, mas que estes ao mesmo tempo, também tenham suas percepções pessoais a partir daquilo que já trazem consigo. Exemplificando, muitos Museus, principalmente de arte, proporcionam àquele que vê a oportunidade de fazer sua própria leitura e expressar aquilo que viu e que sentiu a partir da obra, porém, o autor também a contextualiza, ou seja, existe ali uma história e o visitante tem o direito de conhecê-la, mas ele também pode tirar suas próprias conclusões antes de conhecer a fundo o contexto daquela peça.

Partindo da relação comunicativa, que vêm também dos pressupostos que Freire utiliza, Libâneo (2010, p. 41) aponta que o “educador, não pode ignorar a importância hoje dos processos educativos extraescolares, especialmente os comunicacionais, nos quais está implicada de corpo inteiro a pedagogia”, logo, essa relação de comunicação se finda em educação.

Nascimento (2008, p. 3) indica que “o Museu está livre, mesmo havendo suas regras, para experimentar formas de ensino/aprendizagem da leitura de imagens”, logo, aquele que aprecia não somente a arte, mas todo acervo disposto em um espaço tem a possibilidade de leitura daquilo que vê, seja essa uma leitura pautada na bagagem que já carrega ou uma nova criação do seu imaginário que pode abrir a novos conhecimentos.

A Legislação de Museus (2017, p. 94) salienta um tópico extremamente claro, dentro da explicação das funções desse espaço que se refere à educação, descrevendo o seguinte:

A educação é outra função fundamental dos museus. Os museus atuam na educação formal e informal e na formação continuada, por meio do desenvolvimento e da transmissão do conhecimento, programas educativos e pedagógicos, em parceria com outras instituições, especialmente as escolas. Os programas educativos nos museus contribuem fundamentalmente para educar diversos públicos acerca dos temas de suas coleções e sobre cidadania, bem como ajudam a gerar consciência sobre a importância de se preservar o patrimônio e impulsionam a criatividade. Os museus podem ainda promover conhecimento e experiências que contribuem para a compreensão de temas sociais relacionados.

Desse modo, fundamentada na Legislação, a educação se faz diretamente nos museus, de diversos modos, por meio de programas, atividades, elaborados por eles mesmos ou em conjunto com demais instituições sejam elas escolas, empresas. Essa instituição tem o dever de promover educação a todos os públicos e

principalmente nas temáticas mais emergentes a sociedade, além de trazer criticidade e questionamentos acerca de temáticas sociais.

A partir dessas discussões, entende-se que esse processo de compreensão e leitura mediatizada, é promovido geralmente por profissionais como o pedagogo, em setores específicos para tal atuação. Este se trata do Setor Educativo que comumente tem mais contato com a participação das escolas em visitas monitoradas nesse espaço e realmente esse se torna o foco deste setor, visto que é somente a partir de visitas guiadas pela escola que muitas crianças têm acesso aos centros de memória e cultura, justamente pelo que a Nova Museologia se opõem: A presença de museus e memoriais como espaços elitizados, que promovem cada vez mais a participação de uma parcela da sociedade e deixa as classes baixa e média de lado.

As autoras Cruz e Rodrigues (2020) discutem sobre a importância de atrelar visitas e projetos dentro de museus junto as escolas, para que o aluno possa também entender o conteúdo ou o objeto estudado por uma perspectiva que não a de sala de aula, mas em um espaço diferente e com demais profissionais que podem auxiliá-lo na internalização do conhecimento, de tal forma elas afirmam:

Considerando que museus tem potencial para provocar uma experiência de aprendizado e visando ampliar as possibilidades de aproveitamento pedagógico, propõe-se como uma possibilidade de articular a formação fora da sala de aula. (CRUZ; RODRIGUES, 2020, p. 5).

Portanto os museus se caracterizam então, como um espaço de constante aprendizagem, construção coletiva de conhecimentos e educação, desse modo, pensando a educação não somente dentro da sala de aula.

Por fim, entendemos que muitos museus ainda vivem em um meio elitizado, sendo visitados e compreendidos somente por uma parcela da sociedade, sem ter acesso ou tradução as minorias da sociedade.

Ainda na Legislação também se afirma que os museus trazem muitos benefícios à educação e a isso deve ser dada a devida importância, mas sem remover do foco as demais funções como a preservação, conservação e a pesquisa.

A partir destas considerações, entende-se que o museu é educativo tendo em vista suas contribuições não somente em um determinado campo de conhecimento, mas por serem espaços de educação voltados à sociedade, enfatizando principalmente os aspectos culturais e patrimoniais, auxiliando no

desenvolvimento da identidade e da criticidade dos visitantes. Enfatiza-se que o museu é um espaço pedagógico, pois contribui também no processo de ensino e aprendizagem.

Mesmo com essa bagagem histórica de espaço elitizado ele tem tomado uma proporção educativa considerável e entendendo a necessidade de ter linguagens e exposições que beneficiem todos os visitantes, ainda mais com os meios legais que vem considerando os museus como espaço de toda a sociedade.

A partir dessas considerações sobre o museu enquanto espaço educativo e pedagógico, se faz necessário evidenciar a respeito da Educação Museal, voltada aos processos educativos e pedagógicos realizados nas instituições museológicas, conforme expressa no próximo item.

3.2 – EDUCAÇÃO MUSEAL

Levando em consideração o conceito de museu e o breve histórico de constituição destes espaços, busca-se esclarecer sobre a Educação Museal, a qual faz parte desta temática.

A Política Nacional de Educação em Museus (PNEM), vislumbra em seu Caderno, princípios que embasam a presença do pedagogo nesses espaços, inclusive aponta sobre a necessidade de se estabelecer um setor que comporte uma equipe qualificada para a finalidade de mediar as questões educacionais nos museus.

Dessa maneira, entende-se que:

(princípio 1)¹. A garantia da existência de um setor de educação em cada museu foi também sistematizada como princípio (princípio 3).[...] Princípio 3 – Garantir que cada instituição possua setor de educação museal, composto por uma equipe qualificada e multidisciplinar, com a mesma equivalência apontada no organograma para os demais setores técnicos do museu, prevendo dotação orçamentária e participação nas esferas decisórias do museu. (IBRAM, 2018, p. 43-44).

A instituição de um setor dentro dos museus que zelasse pelas questões educacionais se deu, segundo a PNEM em 1927, com o surgimento do Serviço de Assistência ao Ensino do Museu Nacional (SAE) criado por Roquete Pinto e sua finalidade era auxiliar o desenvolvimento de práticas educativas e pesquisas que viessem a enriquecer o currículo dos estudantes que por ali passassem.

Este Setor, intitulado educativo, em diálogo com os demais, planeja, executa e avalia ações e práticas educativas. Essas ações se caracterizam como atividades que extrapolam a mera exposição, é claro para nós que, a exposição também tem seu viés educativo, porém, essas ações se mostram como algo “a mais” nas relações estabelecidas entre museu e sociedade. Elas estão previstas na Legislação de Museus de tal forma:

Art. 29. Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação. (BRASILIA, 2017, p.113)

Desse modo, as ações educativas podem vir a ser aulas dentro do espaço museal, atividades sensoriais, utilizando ou não o acervo, confecções de materiais que tenham relação à exposição ou, no contexto de uma visita escolar, com os conteúdos trabalhados, experiências com aportes que podem ser utilizados e até mesmo visitas previamente agendadas com escolha de temáticas específicas e utilizando metodologias diferenciadas a da mera observação e explicação do objeto. Sendo essas ações sempre fundamentadas no que coloca o Artigo 29, ou seja, embasadas na diversidade, respeito e diálogo.

Entendendo essa concepção, este setor coordena e planeja todas as propostas relativas à prática da educação e da cultura. Dessa forma, o caderno da PNEM aponta que este está encarregado de promover a “Educação Museal”. Este termo explica que o processo educativo nesses espaços se dá pela utilização do acervo e dos objetos na prática mediatizada para que os sujeitos produzam saberes. De acordo com essa concepção, o foco não está nos objetos, mas, em utilizá-los para a formação integral do sujeito, uma educação emancipatória que torne o sujeito um agente transformador da sociedade.

A Educação Museal tem seu surgimento nos anos 50, momento este em que foram promovidos seminários e congressos em vários países a fim de discutir a temática educacional no espaço museológico. Nesse sentido, no ano de 1956, foi realizado o I Congresso Nacional de Museus em Minas Gerais, onde se deu início a discussão sobre educação em museus no contexto do Brasil. A PNEM (2018, p.15) afirma que “estes encontros desempenharam papéis importantíssimos na

profissionalização da Museologia e na consagração da perspectiva pedagógica nos museus brasileiros.”.

Dessa forma, as discussões foram se aprimorando, até que em 1958, a temática Educação Museal é consolidada após o Seminário Regional Latino-Americano da Unesco sobre o Papel Educativo dos Museus, evidenciando a necessidade vivaz de ações educacionais dentro dos museus que acomodem temáticas políticas, econômicas e sociais a fim de abranger e incluir a todos.

Diante desse início de descobertas e novos conhecimentos a serem traçados, a Educação Museal ainda detinha de um espaço muito restrito. De acordo com Frecheiras (2015) citado na PNEM (2018, p.16),

o cenário da Educação Museal nesse período estava relacionado basicamente ao atendimento ao público, principalmente a estudantes em visitas guiadas (termo em voga na época), algumas complementadas com projeção de slides, sessão de cinema ou audição de música, distribuição de publicações, guias, folhetos ou boletins informativos sobre a instituição e/ou as exposições, realização de atividades visando à comemoração de datas históricas e/ou importantes para o calendário nacional.

Dessa forma, o teor educacional se findava em ações mais demonstrativas e pouco mais didáticas do que as que já havia no museu. Essa concepção perdurou por algum tempo e apenas com o início do surgimento da Nova Museologia na década de 70, conforme já explicado brevemente, foi que a dimensão educacional, fundamentada por Paulo Freire, adquire um viés mais filosófico e transformador. Este novo modo de pensar possui influência direta neste meio, fazendo com que a educação museal, se faça relação com todo o espaço, reforçando mais uma vez a ideia de que este não deve ser um espaço da elite, mas de e para todos, ampliando as discussões sobre este ambiente enquanto meio de transformação social, e que contribui com o desenvolvimento de práticas libertadoras e de conscientização, conforme preconizado pelo autor.

Com esse pensamento à luz da realidade do país, muitos museus novos e campos educativos são criados. Partindo da crescente dos números desses espaços no Brasil foi implementado o Programa Nacional de Museus (PNM), este mobilizou algumas ações acerca da temática da educação museal que tiveram grande participação dos museus.

A partir disso, foi criada também a Rede de Educadores em Museus (REMs), caracterizando-se como um espaço de discussão, debate e troca entre os agentes

que trabalhavam como educadores em museus. Alguns anos depois, em 2009, com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) mais encontros, inclusive referente as REMs foram realizados a fim de incentivar cada vez mais a pesquisa e a formação dentro da dimensão da educação museal no Brasil.

No decorrer do I Encontro de Educadores do Ibram foi escrita a Carta de Petrópolis, que auxilia na construção da Política Nacional da Educação Museal. A construção da PNEM que é a base da educação museal se deu ao longo dos anos, de forma que mesmo com a temática já bem discutida faltavam algumas questões que hoje norteiam a ideia.

Tendo consciência disso, em 2014, no I Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal foram instituídos alguns princípios norteadores da educação museal, sendo o primeiro deles a garantia de que nos museus as questões educativas se igualarão as funções de conservação, preservação e pesquisa visto que muito já foi discutido sobre o fim educacional dos museus.

Trilhando todos esses caminhos é que foi compreendido o que é de fato, a educação museal e como ela se desenvolve, sendo ela além de uma prática, mas um campo do conhecimento que segue em construção, de tal forma como a educação, que perpassa por inúmeras mudanças e é fundamentada por diversos autores. Enfatiza-se que esta não é estática e assim como o indivíduo que aprende, passa por mudanças.

Nessa construção do fazer educação museal, Lopes (1991) citado por Cazelli e Valente (2019, p. 10) aponta que mesmo se fazendo uma prática educativa, faz-se necessário pensar diferente da proposta escolar, visto que estas práticas contemplam espaços e materiais diferentes. Além disso, ressalta sobre o processo de saída da instituição para um ambiente diferenciado, ou seja, somente o fato de sair da escola e por vezes até mesmo da sala de aula, faz com que a criatividade seja aflorada e pelo ânimo de sair o aluno passe a se interessar. Por tal motivação, a educação museal não utiliza dos mesmos métodos escolares, visto que o sair implica em buscar algo diferente, portanto, espera-se que este ambiente não se torne uma extensão das escolas, com toda a organização proveniente desta.

Enfatiza-se que não há aqui um incentivo ao distanciamento da escola com o museu, muito pelo contrário, a proposta provém de aproximar cada vez mais essas duas instituições, porém, pensando juntas em metodologias diferentes das

comumente utilizadas, de forma a realizar a prática de ensino e aprendizagem de maneira efetiva. A partir disso, cada instituição pode contribuir com esse processo, mas sem perder sua identidade e seu campo de atuação.

A educação museal é entendida nesse processo "como parte de um processo de formação humana integral, [...] focado no indivíduo e sua interação com a sociedade, que valoriza suas formas de fazer e viver a cultura, a política, a história" (CASTRO, 2017). Esse conceito imprime um novo significado para a educação em museus e tem seu foco na formação dos sujeitos em interação com o que é apresentado nestes espaços no sentido de engajá-los e comprometê-los com o processo histórico e cultural da sociedade.

Dessa forma, volta-se à uma concepção ligada à perspectiva social da educação e principalmente à ação de comunicar-se. As pesquisas desenvolvidas sobre as temáticas museu e educação, evidenciam que o principal ponto nesta relação é a comunicação, ou seja, o marco inicial e a peça-chave para toda prática. A interação do sujeito com o objeto e com demais sujeitos proporciona a estes uma reflexão, não somente acerca dos conhecimentos científicos ali atrelados, mas sobre sua própria história.

Tendo em vista as considerações já apresentadas a respeito da Educação Museal e, partindo do que já foi elencado sobre o papel pedagógico e educativo destes espaços, entende-se que há um campo vasto de atuação para diversos profissionais, o que acaba se estendendo-se aos pedagogos, função esta que muitas vezes passa despercebida nesta esfera.

A respeito dessa atuação, a Legislação sobre Museus (2017, p. 24) acomoda em si o seguinte trecho, que auxilia na compreensão do espaço de trabalho do profissional pedagogo para que haja educação e esta se dê com qualidade:

De acordo com o nível do museu, o trabalho didático é confiado a um especialista chamado "pedagogo do museu", ou a um serviço pedagógico, cujo chefe é ajudado por pedagogos especializados ou não, nas diversas atividades didáticas: visitas guiadas e outras atividades internas ou externas, etc. [...] O pedagogo colabora com o conservador e com o museólogo quando se trata de exposições educativas.

Logo, seu trabalho está fundamentado e há um campo no qual pode atuar de forma a planejar e auxiliar, principalmente, nas ações educativas, colaborando

com os demais setores da instituição. Além disso, a Legislação sobre Museus, ressalta sobre o trabalho realizado pelos pedagogos, enfatizando a sua importância nas exposições didáticas, sempre trabalhando em conjunto com os conservadores, museólogos e demais profissionais do museu.

Embora não haja uma lei que trate especificamente sobre a contratação do pedagogo nos museus, entende-se que este possui um papel fundamental nestes espaços, conforme já evidenciado neste trabalho, porém, esta forma de organização depende de cada instituição.

Assim sendo, os museus possuem como respaldo, a Lei nº. 11.904/2009, a qual trata sobre o estabelecimento da criação de um Plano Museológico, sendo este individual a cada instituição, visando estabelecer o planejamento das ações, tanto no que diz respeito às atividades internas, quanto naquelas voltadas à sociedade em geral.

O Art. 17 da Lei nº. 11.904/2009, coloca em evidência a necessidade de se manter nos museus funcionários qualificados e em número suficiente, porém, não especifica quem seriam estes profissionais. O plano ainda apresenta que os programas necessitam serem detalhados, e, portanto, abarcando também as dimensões educacional e cultural, porém, não se encontra de forma explícita sobre os recursos humanos necessários para as ações, mas é neste espaço geralmente que as instituições alocam o organograma de funcionários e setores, onde pode haver a presença de pedagogos.

Por fim, entende-se que o espaço museal é educativo, como garantido nos princípios da PNEM. A educação, tal qual a preservação e conservação é função dessa instituição e necessita alcançar a todos os visitantes, de modo que aquele que visita estes espaços, reflita e seja transformado pelos conhecimentos que compartilhou.

Em suma, o museu não se torna espaço apenas de educação, mas de construção e de formação para o sujeito. Pensando nisso é que se busca uma educação pautada nos ensinamentos de Freire e na concepção da nova museologia, na qual a educação, promovida por meio dos objetos e exposições presentes no museu, possui um caráter libertador e transformador, fazendo do sujeito, um ser crítico e agente de mudança da própria vida e do outro.

Para concluir a reflexão trazida neste capítulo acerca do museu como espaço educativo e pedagógico, Martins (2011, p. 102) afirma que “museu é uma instituição intrinsecamente educativa e que suas ações de comunicação destinadas ao público – exposições e ações educativas em geral – têm um caráter pedagógico inato.”. Assim sendo, compreende-se que o museu é um espaço educativo que tem dentro de si, espaço e necessidade de atuação pedagógica, se fazendo necessária a figura de um profissional voltado aos aspectos educativos, como no caso do pedagogo, visto que é ele o profissional que orientará as práticas e ações educativas de forma didática.

Ainda nesse sentido, Lucindo (2018, p. 5223) aponta que “Se o museu é um espaço de educação e o pedagogo é aquele que cuida da formação humana, logo, há espaço de trabalho para o pedagogo o museu.”, dando assim, espaço e abertura para que o Pedagogo atue nessa área.

Assim sendo, constata-se que a Educação Museal é uma ferramenta de ação e transformação no meio museológico, é onde o visitante toma mais ciência do conhecimento presente no museu e constrói individual e coletivamente novos conhecimentos e conceitos. Essa educação utiliza dos meios presentes no espaço museal para auxiliar o visitante, trazendo a luz da sua realidade, buscando interligar os conceitos e estabelecer relações entre realidade-teoria.

Pensando na educação e nos educadores, principalmente no que traz a Legislação acerca do pedagogo, relacionado a seu papel nos museus, analisa-se no próximo capítulo, produções que discorrem sobre as possibilidades desse profissional no meio museológico, inclusive no que se trata das ações e práticas educativas que esse profissional pode desempenhar.

CAPÍTULO 4

ESTADO DA ARTE: O PAPEL DO PEDAGOGO NOS MUSEUS

Neste quarto e último capítulo será realizado um mapeamento das produções sobre o papel do pedagogo nos museus, buscando identificar as possibilidades e/ou limitações da atuação deste profissional nestes espaços.

Antes de iniciar os levantamentos, vê-se a necessidade de frisar a escassez de materiais que tratem especificamente dessa temática em vista de demais materiais que discorrem sobre a atuação desse profissional em outras áreas como hospitais, empresas e como educador social, além da vasta gama de aportes que tratam do trabalho pedagógico dentro da instituição escola.

4.1 – O PAPEL DOS PEDAGOGOS NO MUSEU: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES

Para esse levantamento foram utilizados teses, dissertações, artigos e monografias, principalmente do meio acadêmico, encontrado, como já citado durante a explanação da metodologia deste trabalho nos sites da CAPES, BDTD, e no Google Acadêmico. As palavras-chave utilizadas para realizar a pesquisa foram: “Ação educativa em museus”; “Educação museal”; “Pedagogo no museu”; “Papel do pedagogo nos museus” e “Pedagogia Museal”. A escolha das palavras se deu pela necessidade de afunilar melhor a pesquisa, visando a análise relativa à temática do capítulo.

A partir da delimitação das produções por meio das palavras-chave, foram encontrados 103 trabalhos no total, sendo 10 Teses, 28 Dissertações, 2 Monografias, 56 Artigos e 7 Trabalhos acadêmicos. Estes aportes foram dispostos em uma tabela à parte e previamente analisados por meio de seus resumos, como já explicado na explanação da metodologia. Essa análise se deu a fim de compreender se sua composição dialoga expressivamente e respondem às questões: A pesquisa revela sobre o papel do pedagogo nos museus? Discorre sobre atuação desses profissionais em sua produção? Evidencia as possibilidades e as limitações?

Tendo em vista esses questionamentos, os critérios de exclusão dos trabalhos também partiram desta análise. Nesse sentido, discorrendo da leitura dos

textos foram excluídos textos que: - Discutiam a educação museal, mas sem relacionar a atuação do pedagogo; - Evidenciavam práticas educativas, mas não enfatizavam o papel do pedagogo; - Contribuíam para a construção da temática da educação museal ou do educador museal, visando este espaço, porém não apontava o pedagogo ou suas atribuições. Por meio desses apontamentos é que foram selecionados os textos que compõem o corpus desta pesquisa.

Dessa forma, as produções que respondem a estas questões, foram incluídas para análise, sendo organizadas no quadro 3, a fim de facilitar a análise delas na sequência.

QUADRO 3 – ANÁLISE ESTADO DA ARTE – Dissertações, Trabalhos acadêmicos e Artigos

Natureza	Título/ Autor/ Ano	Total
Dissertação	O pedagogo e os espaços não-escolares: a atuação nos museus (SOUZA, 2016)	1
Trabalho Acadêmico	Educação não formal e o papel do pedagogo no museu (SANTOS, 2017)	1
Artigos	A ação educativa em museus e o espaço de atuação do pedagogo em ambientes não formais de educação (ARAUJO; LUCINDO, 2016); Prática formativa no museu: ampliando as possibilidades de atuação do pedagogo em espaços museais (LUCINDO; ALVES; RIBEIRO, 2021); A inserção do pedagogo em espaços não formais: A pedagogia cultural em museus como possibilidade profissional ((FILHO; SILVA, 2017); Museu: um campo de atuação profissional do pedagogo? (LUCINDO, 2018); A atuação do pedagogo em museu: reflexões e perspectivas (SOUZA; VILLASBOAS, 2018);	5
Total		7

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Google Acadêmico (2022).

Nota: Organizado pela autora (2022).

Todos os textos presentes na tabela discorrem, mesmo que brevemente, sobre as atribuições e/ ou o papel que esse profissional pode vir a desempenhar na instituição museal. A partir da composição do corpus da pesquisa, os trabalhos foram analisados integralmente e de forma individual, a fim de pensar tópicos oriundos da leitura dos próprios textos que auxiliem da melhor forma a organizar e discorrer sobre a temática.

Tendo em vista a leitura das produções, buscou-se realizar a aproximação entre as temáticas discutidas, evidenciando assim a organização das seguintes categorias para análise: A) O pedagogo museal e sua relação com a escola; B) As práticas do pedagogo para a democratização e acessibilidade do museu; C) O pedagogo e a função de planejar, desenvolver e avaliar; D) As adversidades da prática do pedagogo nos museus.

Identifica-se que alguns dos trabalhos apresentam elementos nas diferentes categorias que foram analisadas, portanto, estes podem ser analisados em mais de uma categoria.

4.1.1 - O pedagogo museal e sua relação com a escola

Dentro dessa temática, são apresentados quatro trabalhos: Souza (2016), Santos (2017), Filho e Silva (2017) e Souza e Villasboas (2018), os quais discutem a relação museu-escola e englobam a atuação do pedagogo nesse âmbito.

Souza (2016) discorre em sua pesquisa um tópico apenas para abordar acerca dessa relação, trata-se de uma das maiores possibilidades do trabalho do pedagogo nos museus. Ela cita que, o trabalho desse profissional e do setor educativo de modo geral se volta a atender prioritariamente o público escolar, nesse sentido pedagogo(a) e professor(a) devem atuar juntos, unindo-se em um ponto para que o trabalho e as ações realizadas se perpetuem na educação do aluno que se faz presente naquele momento.

Um aspecto importante ressaltado pela autora é de que, mesmo que a relação museu e escola se faça tão estreita, o museu não deve adotar para si as metodologias escolares. Ele tem pedagogos e profissionais capacitados para atuar no trabalho de desenvolvimento de ações diferenciadas das vivenciadas dentro dos muros da escola.

Souza (2016) ainda faz uma crítica e questiona, em sua pesquisa, o uso único de visitas guiadas para receber escolas, essa atividade se não mediada e contando com a participação dos alunos em comentar e questionar se torna uma ferramenta opressora que não contribui para a educação, mas para o silenciamento e a falta de compreensão para com a realidade dos alunos. Portanto ela aponta que é de responsabilidade do pedagogo encontrar meios de, não radicalmente abandonar as

visitas, mas torná-las mais dialógicas, onde o conhecimento possa ser construído coletivamente.

A autora aponta em suas considerações, que mesmo havendo a possibilidade de atuação dos pedagogos conforme prevê a legislação, os currículos não contribuem com as discussões que contemplam estes espaços, o que ocasiona situações em que estes profissionais se sentem insuficientes para atuarem nesta realidade. Mesmo com as fragilidades mencionadas durante a pesquisa, Souza (2016) entende que é possível que a formação inicial em Pedagogia qualifique o pedagogo para atuar diante dessa demanda.

Além disso, Souza (2016, p. 99) revela a respeito das atribuições dos pedagogos, a partir das atividades que eles desenvolvem neste ambiente, enfatizando que “O pedagogo ocupa-se das tarefas de dinamizar a relação entre o museu e a escola, de acompanhar pedagogicamente os monitores e planejar/avaliar as atividades desenvolvidas pelos setores educativos.”.

Destaca ainda, sobre o olhar dos pedagogos, no que se refere às atividades de planejamento e avaliação, bem como a contribuição destes no sentido de conhecer como se dá o processo de ensino e aprendizagem de diferentes grupos. Revela que o papel do pedagogo está totalmente vinculado ao papel social deste ambiente, principalmente no que se refere à democratização destes espaços, para uso da sociedade. (SOUZA, 2016).

No trabalho de Santos (2017) ela discorre sobre atribuições voltadas ao trabalho do setor educativo e nesse sentido, aponta a figura do pedagogo, ela discute que é de sua responsabilidade promover programas junto a escolas, que integre ambos. Descreve um intercâmbio entre museu e escola onde um adentra a realidade do outro, não apenas a ação de um grupo escolar visitar o museu, mas a possibilidade de dialogar para que acervos possam ser utilizados pela escola ou ações educativas possam ser propostas e organizadas pelos museus, mas que se realizem dentro da escola.

Santos (2017) afirma que é importante considerar nesse processo o patrimônio cultural e material e evidencia a necessidade de incentivar o compartilhamento de conhecimentos assim como promover a pesquisa e o uso dos espaços museológicos pelas escolas para desenvolver tal prática.

Dessa forma, a autora conclui que a escola e museu necessitam trabalhar juntos, incentivando o desenvolvimento do pensamento crítico por meio da troca de saberes, reconhecendo as instituições museológicas enquanto espaço educacional. Enfatiza que o papel do pedagogo é coordenar o setor educativo, supervisionando as ações desenvolvidas e idealizando em conjunto com outros setores os projetos voltados à área educacional. Por fim, a autora conclui afirmando que a educação museal não possui grandes investimentos, há pouco incentivo à pesquisa, poucas disciplinas no Curso de Pedagogia voltadas ao trabalho dos pedagogos em ambientes não-escolares (SANTOS, 2017).

Filho e Silva (2017) explicitam sobre o papel do pedagogo na educação não-formal, principalmente no museu, reconhecendo-o como espaço pedagógico. Evidenciam as contribuições da atuação dos pedagogos nestes espaços. Apontam uma questão muito pertinente acerca dessa relação que é de colaborar, complementar e contradizer algumas questões, nesse sentido eles indicam que, museus e escolas, ainda são instituições, que tem um viés de educação tradicional, para derrubar esse método que produz desigualdades devem caminhar juntas, pensar, desenvolver e avaliar ações.

Os autores Filho e Silva (2017) ainda discutem acerca de uma pesquisa feita com uma graduada em museologia que buscou desenvolver atividade educativas e para tal graduou-se também em pedagogia, em vista disso ela defende piamente a integração entre escola e museu, inclusive desenvolvendo trabalhos acadêmicos desse viés.

Dessa maneira, os autores constatam que a presença dos pedagogos em espaços não-formais ainda é nova, bem como ressaltam a escassez de literatura e a falta de profissionais atuantes na área. (FILHO; SILVA, 2017).

Por sua vez, Souza e Villasboas (2018) defendem e incentivam a presença das escolas nos espaços museais, alegando ser este, em consonância com a mediação de um pedagogo um espaço que instiga e desafia o aluno, além de abranger uma ampla demanda de espaços a serem explorados.

Os autores trazem à luz da discussão a Educação Patrimonial, ferramenta que auxilia o pedagogo no sentido de unido a escola, entender a realidade do aluno e fazer com que ele se sinta pertencente a sua história, utilizando do patrimônio,

seja ele material ou não, ou também, que auxilie no trabalho com o respeito e a compreensão das diferentes culturas. (SOUZA e VILLASBOAS, 2018).

Souza e Villasboas (2018) a partir da pesquisa realizada concluem que a atuação do pedagogo nos museus, acontece por meio da educação não-formal, que existe uma ação educativa e que desenvolve a interação entre os sujeitos. Afirmando que o museu “[...] colabora com a construção da identidade, cultura, política, contribuindo para uma formação integral dos sujeitos, os saberes e principalmente reconhecendo esses aspectos como fundamentais para a formação humana.” (SOUZA; VILLASBOAS, 2018, p. 10).

Os autores Souza (2016), Santos (2017), Filho e Silva (2017) e Souza e Villasboas (2018), na discussão dessa temática apontam a necessidade de se utilizar mais o espaço museológico pelas escolas, assim como a importância da mediação de um profissional qualificado para atuar na promoção da educação nesses espaços, planejando e convidando escolas a participarem de ações e atividades que sejam contribuintes a realidade da escola, dos alunos, e à sua integral e efetiva educação.

Além de dispor de práticas diferenciadas e o uso de materiais e acervos que chamem o aluno a participar, que o museu não seja visto como uma extensão de um ensino elitista, mas sim de uma educação voltada à conscientização e à criticidade.

As pesquisas acima mencionadas evidenciam, de maneira geral, a escassez de literatura nesta área e que os pedagogos são os responsáveis pelo setor educativo dos museus, atuando em ações educativas.

4.1.2 - As práticas do pedagogo para a democratização e acessibilidade do museu

Nesta categoria, foram identificados três textos que relatam sobre o sentido de democratizar os museus, a partir da prática do pedagogo, são eles: Souza (2016), Souza e Villasboas (2018) e Araújo e Lucindo (2016). Nesse sentido estes autores discutem sobre como o pedagogo pode facilitar o acesso e a compreensão de todos dentro do espaço museal.

Souza (2016) afirma que o papel do pedagogo dentro da educação é conhecer seu público para ensiná-lo, dessa forma, não seria diferente nos museus, o pedagogo nesse espaço tenta fazer com que as ações e até mesmo as exposições

sejam acessíveis a todos e que todo aquele que ver ou realizar a ação, consiga efetivamente aprender aquilo que o museu lhe traz. O pedagogo é um tradutor, ele faz com que todos entendam aquilo que se diz, é nesse sentido que a educação toma seu papel de transformadora, ela não pode apresentar-se difícil de compreender, logo, o pedagogo “facilita” e nesse sentido ela chega de forma clara ao ouvinte.

Em sua pesquisa Souza (2016) coloca diversas vezes que o pedagogo deve democratizar o conhecimento produzido no museu, por meio de diálogos ou de atividades, mas que ele se faça enraizar na realidade do visitante. Ela ainda ressalta que o papel do pedagogo é intimamente ligado ao papel social dos museus, que de certa maneira não deixa de ser o de compartilhar o conhecimento com todos por meio do seu patrimônio.

Souza e Villasboas (2018), utilizando da perspectiva da educação patrimonial tendem a falar da democratização do museu. Visto que quem utiliza dessa ferramenta é o pedagogo, é por meio dela que a promoção do acesso acontece, viabilizando ao visitante ter cada vez mais compreensão do conhecimento que o museu carrega junto a seu acervo mas também em relação a si próprio, sua cultura e a do outro, de modo a discutir não apenas o acesso mas o respeito juntamente dele.

Araújo e Lucindo (2016), acerca dessa temática, revelam falas muito reflexivas em sua pesquisa relacionadas ao museu ser um espaço de difícil acesso e difícil compreensão, portanto, eles discorrem que é a partir da presença do pedagogo que a democratização à cultura e ao conhecimento acontecem, visto que ele é o agente que proporciona essa abertura e como já citado no texto de Souza (2016) a tradução daquilo que muitas vezes parece difícil aos alunos. Portanto, de tal modo o espaço museal deve ser, por meio da mediação do pedagogo de fácil acesso e compreensão de todos.

Por fim, entendendo os apontamentos dos autores Souza (2016), Souza e Villasboas (2018) e Araújo e Lucindo (2016) compreende-se que o espaço museal ainda é elitizado e para muitos, um ambiente de difícil acesso, e mesmo com as contribuições da Nova Museologia na década de 1970, a qual esboça uma perspectiva libertadora e de desenvolvimento da criticidade, isso se perpetua.

Diante disso, o pedagogo tem o papel primordial de auxiliar nesses processos de melhoria de acesso e de tradução do que se comunica, tornando então esse espaço mais democrático e acessível, fazendo com que a educação se concretize e seja, no museu, garantida a todos.

4.1.3 - O pedagogo e a função de planejar, desenvolver e avaliar

Para discorrer sobre essa temática foram encontrados dois textos: Souza (2016) e Lucindo (2018), estes trazem apontamentos acerca da ação de planejar, desenvolver e avaliar ações e práticas educativas dentro do museu, de modo a enfatizar que são os profissionais pedagogos que tem uma formação voltada a essas práticas.

Souza (2016) aponta que planejar, desenvolver e avaliar atividade educativas são inerentes ao fazer pedagógico e isso se dá desde a formação, onde os graduandos são estimulados a desenvolver planejamentos, principalmente em relação aos estágios. Também aponta que a capacitação do pedagogo permite que as ações planejadas sejam flexíveis em relação aos públicos, dando a possibilidade de reorganizar e repensar rapidamente as práticas visando o melhor entendimento do visitante em relação a exposição.

A pesquisa também evidencia que a prática de avaliar está atrelada a formação desse profissional, visto que dentro da graduação discute essa temática em praticamente todos os anos dentro das disciplinas e a partir disso entende a necessidade e como a ação de avaliar é benéfica ao processo educativo, independentemente da idade daquele que participa e do ambiente em que se está inserido, como por exemplo, nos espaços não-formais (SOUZA, 2016).

Lucindo (2018) em sua pesquisa com graduandos em pedagogia que participaram de um evento que discute a formação desse profissional, questiona e traz os apontamentos dos mesmos sobre as ações que podem ser realizadas pelos pedagogos no museu, desse modo eles apontam dentre elas: planejar, acompanhar e avaliar as práticas desenvolvidas no museu.

Esses apontamentos fazem refletir de que, muitos que estão na graduação e tem acesso a esse espaço ou ao menos a relação dele com o que estudam

possuem uma certa noção acerca do trabalho que pode vir a ser desenvolvido no museu.

A partir disso, Lucindo (2018) revela que o projeto de extensão desenvolvido, contribui no sentido de ampliar a visão dos licenciandos em Pedagogia, tanto com relação aos possíveis campos de atuação dos pedagogos, quanto no que diz respeito a um novo olhar sobre as instituições museológicas, a fim de favorecer a “[...] formação crítica, cultural e científica dos cidadãos.”.

Por fim, as autoras Souza (2016) e Lucindo (2018) contribuem na compreensão das possibilidades do pedagogo, de modo que apontam uma prática muito recorrente de dentro de sala de aula, o planejar e o avaliar, porém, dentro do espaço museal essa prática também se faz efetiva e necessária para compreender como tem se dado as relações educativas elaboradas pelo profissional pedagogo.

4.1.4- As adversidades da prática do pedagogo nos museus.

Para o desenvolvimento dessa temática, foram encontrados três trabalhos, Souza (2016), Souza e Villasboas (2018) e Filho e Silva (2017). Estes apresentam apontamentos relacionados às dificuldades e adversidades encontradas pelo pedagogo dentro do espaço museal, está podem ser relativas ao processo educativo ou não.

Souza (2016) aponta em sua pesquisa que, quando os pedagogos pesquisados foram questionados sobre as dificuldades enfrentadas, mencionam adversidades específicas ao acervo, ao uso e as tipologias dos mesmos, além de mencionarem a dificuldade com a falta de domínio em outras línguas, o que dificulta a comunicação com públicos estrangeiros. Desse modo, as questões educativas do museu não se configuram, em sua pesquisa, como fator de dificuldade, tendo em vista que sua formação inicial, abarca essas questões educativas, mesmo que muitas vezes estas sejam direcionadas ao ambiente escolar.

Souza e Villasboas (2018) apontam que as dificuldades do pedagogo na instituição museal são oriundas das burocracias acerca das ações educativas dentro desse espaço, por esse motivo ele é tão pouco explorado, principalmente pelas escolas, pois são várias as adversidades que dificultam deslocamento e

permanência de escolas na instituição museal, o que exige demasiado esforço e planejamento.

Filho e Silva (2017) apontam como fatores adversos ao trabalho do pedagogo nos museus as burocracias relativas à compra de material, contratação de profissionais capacitados e formação de monitores. Além disso, os autores apontam o preconceito e a desvalorização dos demais profissionais, o que vêm de um contexto histórico onde o pedagogo é visto como cuidador de criança, além de afirmar que a Pedagogia não prepara para atuação em espaços não-escolares, enfatizando sempre o espaço escolar.

Por tais apontamentos compreende-se que as dificuldades são de várias instâncias, não somente da relação com o espaço, mas também junto a formação e o contexto histórico da profissão, e visto apontar ainda, que pelo demasiado baixo número de aportes que tratam sobre a temática a falta de pesquisas na área também dificulta a compreensão e o trabalho do profissional nesse espaço.

Além disso, mesmo que a atuação do pedagogo seja compreendida na Legislação sobre Museus não é uma profissão pautada e fundamentada por Lei, sem possuir uma explicação específica acerca das suas atribuições neste campo.

4.2 – LIMITES E POSSIBILIDADES DO PAPEL DO PEDAGOGO NO MUSEU

A partir do que foi analisado acima podemos condensar nesse momento os apontamentos relativos as possibilidades e limitações encontradas pelo pedagogo nos museus, buscando compreender efetivamente seu papel nesse espaço e se é, realmente, um campo de atuação.

No início da análise fica esclarecido que o pedagogo que atua dentro dos museus, por mais que fora dos muros da escola, vive em uma relação com diversas instituições escolares ou de ensino. Os autores sistematizam a atuação junto a escolas (seja elaborando e aplicando práticas específicas a eles ou na visita guiada), uma das mais realizadas pelo pedagogo. Essa relação se dá devido a sua formação, visto que o pedagogo já entende, ou já conhece, a vivência escolar, seja por já ter atuado ou pelas experiências atreladas a sua formação. Nesse sentido, segundo os autores, nos museus o pedagogo tem como uma de suas possibilidades desenvolver atividades ou mediar visitas que tem ênfase em grupos escolares.

Em seguida, a análise aborda as questões de acesso e democratização do espaço e do conhecimento produzido nele, de tal modo, os autores dão a função de tornar-se um espaço mais democrático ao pedagogo. No geral, todos os agentes devem se incumbir dessa função, porém, é na educação que tudo se transforma, inclusive o sujeito. Dessa forma, quando Araújo e Lucindo (2016) trazem falas de alunos em seus textos dizendo que os espaços museais são de difícil compreensão e depois relatam que com o auxílio de um pedagogo se tornou mais fácil, é essa a função esclarecida de democratizar o acesso.

Tal qual na escola o professor não apresenta o conhecimento científico em termos acadêmicos a um aluno em fase de alfabetização, ou seja, ele necessita fazer uma transposição didática, transformando o conhecimento científico em um conhecimento compreensível aos alunos, no museu também não deve ser diferente, é necessária uma tradução para que ele conheça, compreenda e internalize os conceitos, além de dar oportunidade à sua própria leitura.

Levando em consideração os pressupostos defendidos pela Nova Museologia, entende-se que não se pode silenciar um educando, pensando nisso é de encargo do pedagogo, dialogar, mediar, questionar, considerar a bagagem e a realidade de cada sujeito para que a educação ocorra também nesses espaços.

Em um terceiro momento, foi elencado por meio dos textos uma possibilidade inerente à ação do pedagogo em qualquer espaço em que ele atue, planejar, desenvolver e avaliar. O planejamento é a base do trabalho pedagógico, nesses espaços não se planejarão aulas como na escola, mas sim ações educativas que seguem um modelo muito parecido, onde deve ser considerado tempo, espaço, recursos, pessoas, quase todas as preocupações que se tem na escola, porém, o prazo de uma ação educativa é mais curto, portanto, o pedagogo desenvolve e avalia rapidamente e para tal deve haver um planejamento antecipado, detalhado e que seja exequível.

Desse modo o planejamento de ações educativas também se configura como prática do pedagogo no museu, e ainda, sua avaliação. Souza (2016) aponta que sem avaliação não há qualidade no desenvolvimento, em vista disso é necessária avaliação constante acerca das práticas que elabora e ainda, avaliação e autoavaliação do seu trabalho, postura e comprometimento com a educação desse setor.

Por fim, são três os autores que explanam as adversidades e dificuldades que o pedagogo encontra no desenvolvimento de seu trabalho. A maior parte delas não se interliga ao fazer da prática pedagógica, mas às burocracias museais e seu acervo, o que nesse ponto é compreensível, pois o pedagogo em sua formação inicial necessita planejar e executar atividades no espaço escolar, com os materiais que lhe são dispostos, já no museu encontram barreiras nesse sentido, sendo necessário pensar um espaço diferente e com materiais diferentes, refletindo se estes podem ou não ser manuseados por se tratar de acervos.

Outro fator de dificuldade apontado por Filho e Silva (2017) é a desvalorização da profissão dentro dos museus. Sabemos que pedagogos e licenciados em geral são uma classe muito desvalorizada no Brasil atualmente, dessa forma os autores ainda destacam que dentro do museu isso ocorre ainda mais em vista do contexto histórico onde o pedagogo era entendido apenas como aquele que cuidava de crianças, sem entender ou ter outra função perante a sociedade. Além disso, o fator Legislação também é insuficiente, deixando claro que é importante haver um pedagogo na instituição, porém, se não houver, o conservador acabará assumindo seu papel, concomitante disso, é nesse sentido que muito museus contratam historiadores licenciados, que teoricamente podem assumir duas funções, o que acaba por influenciar na contratação de profissionais pedagogos.

A partir do levantamento é possível perceber que há uma gama de atribuições e possibilidades que podem ser assumidas pelo pedagogo, ainda pouco exploradas e pouco valorizadas, mas que existem.

Observa-se a partir do mapeamento de produções neste capítulo, a escassez de trabalhos. É neste sentido que a temática desta pesquisa busca colaborar, evidenciando a necessidade de aumentar essas pesquisas, a fim de diminuir as dificuldades que barram o pedagogo de cumprir com seu papel, seja ele aonde for, e ampliando o olhar sobre a necessidade desse profissional em todos os espaços que precisam da mediação educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada acerca do Papel do Pedagogo nos Museus parte da prática cotidiana vivenciada nos museus e o anseio de compreender cada vez mais e disseminar a necessidade e a importância da profissão do pedagogo na sociedade, em seus vários campos de atuação.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi analisado o histórico da Pedagogia no Brasil e na cidade de Ponta Grossa, a fim de compreender a elaboração e como o currículo da UEPG contribui para a formação do pedagogo que atua em ambientes não-escolares.

Nesse sentido é visível o desfalque e a falta de discussão nas legislações sobre a formação inicial voltada a esses espaços. Os espaços não-escolares são considerados como campo de atuação pedagógica no Brasil e dessa forma, alocados na composição curricular de graduandos em pedagogia, desse modo, a UEPG contempla uma disciplina que discute esses espaços a partir de 2007 e somente a partir de 2013 de maneira a ser uma disciplina obrigatória, além disso, a Lei é muito clara quanto a necessidade de estágios, saídas em campo e discussões aprofundadas quanto a esse tema, porém não aponta possibilidades, formas de fazê-lo ou algum suporte a faculdade que deseja realizar tal ação, demonstrando assim que as discussões são ainda recentes e que os debates acerca disso precisam ser ampliados.

Desse modo, a formação inicial dentro da UEPG para tais espaços, inclusive o museu é muito vaga, discutindo brevemente sobre o espaço e pequenos pontos de atuação do pedagogo, mas sem explicar o assunto, desse modo, na prática o graduando se encontra despreparado, tendo de buscar informações além.

Por tais apontamentos também em sua pesquisa Souza (2016) aponta que os pedagogos chegam à instituição museal sem saber quais serão suas atribuições, pois a formação inicial não prepara de forma específica para tal atuação mas, na relação com demais disciplinas como didática e os próprios estágios que cobram do aluno o desenvolvimento de planejamentos pode-se ter uma noção, o que muda é o espaço e o tempo mas a ação de planejar uma atividade educativa segue a mesma, também as disciplinas de psicologia que fazem o compreender das questões de desenvolvimento e gostos de cada faixa etária, disciplinas que discorrem sobre as

formas de avaliação e o que é avaliar. Todas essas, por mais que desenvolvidas dentro da graduação com a intencionalidade de serem pensadas no âmbito escolar formam o pedagogo museal e dão a ele base para cumprir com seu papel dentro da instituição.

Em seguida, nos caminhos da pesquisa caracteriza-se o espaço do museu e seus entremeios que se relacionam com as questões educativas, sendo este entendido também enquanto pedagógico, tendo em vista as ações desenvolvidas. Para este fim utilizou-se nesse percurso o caderno do Programa Nacional da Educação Museal e a Legislação sobre Museus, também para essa discussão Lucindo (2015) foi uma grande contribuinte.

Nessa temática, entende-se que o museu é um espaço educativo, que por muito tempo e ainda hoje, é visto como um ambiente da elite, que colabora para a segregação da educação e da difusão da cultura, porém atualmente esse pensamento tem tomado distância da realidade e esse espaço tem sido mais ocupado pelas minorias, compreendendo que aos poucos as instituições museais, assim como os espaços de cultura e memória se tornaram mais acessíveis.

Nesse sentido a educação é vislumbrada nesses espaços por meio do seu acervo, independente do aporte e se este material é físico ou não. A finalidade educacional do museu está fundamentada, o setor educativo deve ser garantido e pauta-se na PNEM que visa a educação como finalidade importante, tal qual a preservação e a conservação.

Observa-se também, que a Educação Museal é um elemento importante neste percurso, pois ela é quem vai definir e explicar que o processo educativo nesses espaços se dá pela utilização do acervo e dos objetos na prática mediatizada para que os sujeitos produzam saberes, enfatizando que o foco não está nos objetos em si, mas na forma de utilizá-los para a formação integral do sujeito, uma educação emancipatória que torne o sujeito um agente transformador da sociedade.

A partir do caminho da compreensão das influências e não influências da formação inicial no que tange os espaços não-escolares e a compreensão de como se caracteriza o museu e sua finalidade educacional chegou-se à análise dos trabalhos que discutem o papel do pedagogo nos espaços museais. A partir dela os autores trouxeram possíveis práticas a serem desenvolvidas e as barreiras encontradas por tais profissionais em sua atuação dentro do museu.

Desse modo, como já pontuado, são diversas as atividades que este profissional pode desenvolver dentro do museu, mesmo encontrando dificuldades, com a falta de conhecimento específico sobre os acervos e aquelas relativas às burocracias existentes. Porém, constata-se que há possibilidades de atuação, como:

- Desenvolver ações com escolas, com os visitantes no individual ou coletivo;
- Planejar, desenvolver e avaliar práticas educativas com visitantes e com colaboradores;
- Auxiliar e trabalhar junto ao historiador e ao museólogo a fim de tornar as exposições mais acessíveis e compreensíveis a todos aqueles que podem vir a fazer visitas, de modo que desde crianças até idosos tenham entendimento e possam ainda assim, fazer sua própria leitura.

Assim sendo, pode-se definir o Papel do Pedagogo nos Museus como o de um educador que se pauta nos meios museais e no patrimônio. Este profissional pode contribuir na organização, planejamento e avaliação no setor educativo, auxiliando nos processos de mediação e na transposição dos conhecimentos.

Entende-se que o pedagogo, tem como finalidade da sua profissão, a transformação social, conhecendo e compreendendo cada um daqueles que passam pelo seu caminho a fim de motivá-lo a buscar a cultura e o respeito a cada dia mais. Nesse sentido seu papel se baseia na relação entre as questões da pedagogia social, trabalhando para que o museu seja um espaço educativo e que essa educação seja efetiva e democrática, estimulando os visitantes e, como é de maior número, os alunos de grupos escolares a dialogarem na construção do conhecimento, em uma perspectiva crítica, libertadora e pautada na transformação social.

Tendo em vista as presentes considerações, este trabalho enfatiza a necessidade de mais discussões sobre a temática, tanto no que diz respeito às legislações do campo educacional, bem como àquelas que dizem respeito aos museus, quanto nas práticas desenvolvidas nos cursos de formação inicial em Pedagogia.

Além disso, ressalta-se a carência de produções acadêmicas que abordam a relação entre o pedagogo e o museu, o que pode ocorrer tanto por um desconhecimento dessa área de atuação, quanto por falta de interesse ou ainda de políticas efetivas que respaldem essas discussões.

Nesse sentido, esta pesquisa não finda as discussões necessárias a este campo, mas sim acaba por suscitar outras questões pertinentes, propiciando uma reflexão sobre: Como a Educação em espaços não-formais e a Pedagogia Social serão discutidas nas próximas reformulações dos currículos dos Cursos de Pedagogia? Os espaços não-escolares podem vir a ser considerados campos de atuação dos profissionais de Pedagogia e serem explorados enquanto campo de estágio? Como reconhecer as práticas desenvolvidas pelos pedagogos nos museus para sua atuação efetiva? Como as políticas públicas e legislações podem contribuir no reconhecimento desse campo de atuação?

Assim sendo, esta pesquisa esboça sobre o papel do pedagogo nos museus, identificando e refletindo sobre elementos pertinentes tanto com relação à formação inicial quanto na atuação em campo, enfatizando a sua importância e contribuição nestes espaços.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. C; LUCINDO, N. I; RIBEIRO, M. V. G. Prática formativa no museu: ampliando as possibilidades de atuação do pedagogo em espaços museais. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**. v. 26, n. 2, P. 01-10, marc. 2021.

ANTONIACOMI, A. A. **o curso de pedagogia da universidade estadual de ponta grossa: uma análise histórica, a partir dos aspectos legais e do papel dos coordenadores de curso**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

AQUINO, S. L. de. **o pedagogo e seus espaços de atuação nas representações sociais de egressos do curso de pedagogia**. 2011. (Dissertação) Pós-graduação em Educação - Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2011.

ARANHA, M. L. de A. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAUJO, R. M. B; LUCINDO, N. I. A ação educativa em museus e o espaço de atuação do pedagogo em ambientes não formais de educação. **Revista Estudos Aplicados em Educação**. Minas Gerais. v.1, n.2, p. 20-33, ago/dez 2016.

BRANDÃO. C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL, MEC. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, v. 134, n. 1.248, p. 27.833-27.841, 23 dez. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 16 jul. 2022.

BRASIL, MEC. **Parecer CFE nº. 252/69**. Mínimos de conteúdo e duração dos cursos e Pedagogia. Disponível em <http://www.anped11.uerj.br/24/Silva.doc>. Acesso em 16 jul. 2022.

BRASIL, MEC. **Resolução CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, Licenciatura. Diário Oficial da União. Brasília 16 maio 2006, Seção 1, p. 11. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf . Acesso em: 16 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939**. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em <http://www.senado.gov.br>. Acesso em 16 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**, que institui o Estatuto de Museus, Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), e legislação correlata. – 3. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 215 p, 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.** Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em 12 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009.** Altera o art. 61 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Diário Oficial da União, Brasília, 07 ago. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12014.htm#art1 . Acesso em: 16 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm. Acesso em 16 jul. 2022.

CAMPOS, N; DE SOUZA; E. F. Ensino superior nas páginas do Diário dos Campos (1947-1950). **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 61, p. 273-290, jul./set. 2016.

CASTRO, F. S. R de. A construção do campo da educação museal: políticas públicas e prática profissional. **Revista Docência e Cibercultura**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p 90 – 114, Maio/Ago. 2019.

CAZELLI, S; VALENTE, M. E. Incursões sobre os termos e conceitos da educação museal. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 18-40, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/redoc.2019.40729>. Acesso em: 08 nov. 2022.

Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1/2006 de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Diário Oficial da União, Brasília, 16 maio 2006, Seção 1, p. 11 Acesso em: 27 nov. 2021.

CRUZ, J. A. da; RODRIGUES, P. F. O trabalho pedagógico em museus: a valorização do espaço museal na escola. In: Encontro Regional de História da ANPUH-PR, 17, 2020, Maringá. **Anais...** Maringá: UNINTER, 2020. PDF.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, 1948.

FILHO, B. G. W. Q; SILVA, M. T. Q. da. A inserção do pedagogo em espaços não formais: a pedagogia cultural em museus como possibilidade profissional. **A educação com (RE)Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos**. Campina Grande, v. 2, p. 269-288, fev 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/74173>.

FIREMAN, M. D. **O Trabalho do pedagogo em instituição não escolar**. 2006. Dissertação de Mestrado (Pós graduação em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2006.

FRANCO, M. A. S; LIBÂNEO, J. C; PIMENTA, S. R. ELEMENTOS PARA A FORMULAÇÃO DE DIRETRIZES CURRICULARES PARA CURSOS DE PEDAGOGIA. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 130, p. 63 - 97 jan./abr. 2007.

GAIO, V. M. **Formação continuada do coordenador pedagógico: movimentos, possibilidades e limites**. Curitiba: CRV, 2022.

GONÇALVES, J. R. Os museus e a representação do Brasil: os museus como espaços materiais de representação social. In: CHAGAS, Mario (org.). **Museus: antropofagia da memória e do patrimônio**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, no. 31, p.254-273, 2005.

GRUZMAN, C; SOARES, O. J. O lugar da pesquisa na educação museal. **Revista docência e cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 115-139, mai/ago. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/issue/view/1808>.

IBRAM. **CADERNO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL**. Brasília: IBRAM. 2018. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf>. Acesso em: 4 out. 2022.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos: inquietações e buscas**. Educar. Curitiba: Editora da UFPR, n. 17, p. 153-176. 2010.

LUCINDO, N. I. Museu também é lugar de pedagogo. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12, 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2015, p. 34941-34953.

LUCINDO, N. I. **MUSEU: um campo de inserção profissional do pedagogo?**. 2018. P.5216 – 5226. Disponível em: <https://docplayer.com.br/60826606-Museu-um-campo-de-atuacao-profissional-do-pedagogo.html>. Acesso em: 16 nov. 2022.

LUCINDO, N. I. **MUSEU: um campo de inserção profissional do pedagogo? O que pensam os licenciados em pedagogia**. Revista Formação Docente. Belo Horizonte, v.10, n. 2, 131-157, 2018.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U, 1986. 99p.

MONTECHIARE, R.; HEITOR, G. K. Apresentação - Museus contemporâneos e o lugar da educação. In: MONTECHIARE, R.; HEITOR, G. K. **Museus e educação**. Série Cadernos FLACSO Número 16. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2020.

NASCIMENTO, C. V do. **O museu como espaço educativo em arte: interação entre os escolares e o patrimônio cultural**. In: Congresso Nacional da Federação de Arte e educadores do Brasil, 18.; Congresso latinoamericano e caribenho de arte educação; Encontro Nacional de arte educação, cultura e cidadania, 1. 2008.

ORTEGA, L. M. R.; SANTIAGO, N. B. A atuação do pedagogo: Que profissional é esse?. **Pedagogia em ação**, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 29-35, abril. 2010. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/issue/view/108>. Acesso em: 14 out. 2022.

QUINTEROS, I. M. **o pedagogo em instituições não escolares no município de corumbá–ms**: seus espaços de trabalho e as necessidades da sociedade contemporânea. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, Corumbá, 2012.

ROMANOWSKI, J. P; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Paraná, v. 6, n. 19, p.37-50, set/dez. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189116275004>. Acesso em: 09 nov. 2022.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. A. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2007.]

SANTOS, P. C. L. **Educação não formal e o papel do pedagogo no museu**. 49 f. Monografia (Graduação em Pedagogia). Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Urca. Rio de Janeiro, 2017.

SOKOLOWSKI, M.T. História do curso de pedagogia no Brasil. **Revista de Administração Unimep**, Piracicaba, v.20, n. 1, p. 81-97, 2020.

SOUZA, I. C; VILLASBOAS, P. C. de. A atuação do pedagogo em museu: Reflexões e perspectivas. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 5, 2018. Alagoas. **Anais...** Alagoas: UFAL, 2018. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/45559>. Acesso em 12 ago. 2021.

SOUZA, R. N. **O pedagogo e os espaços não-escolares**: a atuação nos museus. 2016, 121 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.